

ASPECTOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE UMA CLASSE
DE VERBOS DE PERCEPÇÃO

por -

ANNA RACHEL MACHADO PAES DE BARROS

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Campinas

1977

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para o Juca e o Júnior,

pelo esforço que fizeram
para que eu não voltasse
no meio do caminho.

AGRADECIMENTO

Consciente de minha dívida para com as muitas pessoas que tornaram possível este trabalho, desejo tornar público meu mais profundo agradecimento:

- Ao Prof. Dr. Frank Roberts Brandon, que me concedeu, com paciência e generosidade, seu tempo, sua orientação e seu incentivo;

- À Prof.^a Maria Zélia Simonetti Brandon, pelo otimismo contagiante e pelos gestos concretos de amizade que sempre me estimularam;

- Ao Prof. Francisco Ribeiro Sampaio, mestre e amigo, que me deixou participar, durante vários anos, de seu amplo saber e experiência, apoiando-me sempre nas horas mais difíceis;

- Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Quícoli, pela boa vontade na leitura dos originais e pelas valiosas críticas e sugestões;

- A todos os meus professores, que, no decorrer de vários anos de estudos, fixaram os alicerces desta pesquisa;

- Aos meus colegas do Curso de Pós-Graduação, pelo convívio amigável e pela troca de idéias;

- Aos meus alunos, do passado e do presente, que foram meus principais informantes, com os quais sempre aprendi um pouco mais;

- À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de estudos concedida durante o período de um ano, o que contribuiu para a execução deste trabalho;

- À Irene Rocha Camilo Gonçalves, pela disponibilidade e pelo cuidado com que elaborou as cópias datilografadas;

- E, finalmente, a todos os meus amigos e familiares, que me cercaram de carinho, apoio e silêncio estimulante.

ASPECTOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE UMA CLASSE
DE VERBOS DE PERCEPÇÃO

Resumo

A dissertação tem por objetivo descrever alguns aspectos de complementação de uma classe de verbos de percepção do português, tais como VER, OUVIR e SENTIR, dentro do quadro da gramática gerativo-transformacional.

Partindo-se de dados concretos, procura-se investigar em que medida os fatores sintáticos estão correlacionados aos fatores semânticos, e quais estruturas subjacentes e transformações são adequadas aos fatos empíricos.

Faz-se uma análise dos complementos com *que* e com infinitivo, concluindo-se que os mesmos provêm de uma mesma estrutura básica, diferindo no valor temporal, sendo os primeiros derivados de orações temporais e os segundos, de orações atemporais.

Propõe-se uma alteração na regra de base formulada pela teoria standard, para o Auxiliar, e a subcategorização dos verbos de acordo com o tipo de oração que tomam como complemento.

Os verbos de percepção passiva não são considerados como pares de verbos homófonos, propondo-se que as diferenças de significado que apresentam, sejam tratadas em termos de regras de interpretação semântica que se aplicam à estrutura subjacente, visto que o que é relevante para a interpretação, nesse caso, é a informação dada pelas Regras de Estrutura Frasal e de Inserção Lexical.

Autora: Anna Rachel Machado Paes de Barros

Orientador: Frank Roberts Brandon.

INDICE

INTRODUÇÃO	5
1. Caracterização dos verbos de percepção passiva de acordo com os contextos em que podem ocorrer.....	8
1.1 Método seguido	8
1.2 A ocorrência dos verbos em diferentes contextos ...	10
1.2.1 Verbos no contexto ___ FN	10
1.2.2 Verbos no contexto ___ que FN V _{indicativo} ou no contexto ___ V Aux _{infinitivo} FN V _{do.} _{ndo}	12
1.2.3 Verbos no contexto ___ FN V _{infinitivo}	12
1.2.4 Verbos no contexto ___ FN V _{subjuntivo}	13
1.2.5 Verbos no contexto ___ FN Adjetivo ou no contexto ___ FN Advérbio	14
1.2.6 Verbos no contexto ___ FN Gerúndio	14
1.3 Resultados	15
2. Algumas análises da gramática tradicional da língua portuguesa e da gramática gerativo-transformacional..	19
2.1 Introdução	19
2.2 A análise dos complementos com infinitivo	20
2.2.1 A visão dos gramáticos tradicionais da língua portuguesa	20
2.2.2 Análises propostas pelos linguistas no quadro da gramática gerativo-transformacional	31

	.2.
2.3 A análise dos complementos com gerúndio	35
2.3.1 A visão dos gramáticos tradicionais da língua portuguesa.....	35
2.3.2 As análises propostas no quadro da gramática gerativo-transformacional.....	39
3. A estrutura superficial dos complementos	44
3.1 Introdução	44
3.2 Os complementos com <i>que</i> e com infinitivo.....	45
3.2.1 Características oracionais.....	45
3.2.2 O encaixe em FNs	47
3.2.2.1 A hipótese de Rosembaum.....	48
3.2.2.2 Críticas à hipótese de Rosembaum.	49
3.2.2.3 A distinção feita por Brandon....	53
3.2.2.4 Alguns testes propostos por Pizzini.....	54
3.2.2.5 Conclusão.....	56
3.3 Os complementos com gerúndio.....	60
3.3.1 Características oracionais	60
3.3.2 Características não-oracionais.....	62
3.3.3 Evidências de que a seqüência FN-gerúndio é um só constituinte e de que não é	63
3.3.4 Conclusão	64
4. O aspecto semântico	67

4.1	Introdução	67
4.2	Factividade ou semifactividade?	68
4.3	Percepção intelectual & percepção sensorial	74
4.4	Diferenças de significado entre orações com <i>que</i> e orações com infinitivo	78
4.5	Hipóteses possíveis para a explicação dos fatos observados	82
5.	Estruturas subjacentes e transformações	85
5.1	Introdução	85
5.2	Hipóteses sobre as estruturas subjacentes.....	85
5.2.1	Hipótese de Perini	86
5.2.2	Complemento com infinitivo e com subjuntivo com tempo zero	91
5.2.3	Complemento com infinitivo=oração sem tempo	93
5.2.4	Uma só fonte para os complementos com <i>que</i> e com infinitivo	98
5.2.5	Conclusão	102
5.3	A regra de Alçamento da FN sujeito da oração encaixada	102
5.4	Uma regra de Inversão típica	109
6.	Conclusão	115

BIBLIOGRAFIA 119

TABELA 1. Complementos que ocorrem com os verbos de percepção passiva, os de percepção ativa, os de conhecimento, os de julgamento e com os causativos e os de volição..... 16

TABELA 2. Instruções dos falantes sobre factividade de VER/___ que e VER/___ Inf. 73

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo examinar alguns aspectos semânticos e sintáticos da complementação de uma classe de verbos de percepção, que inclui VER, OUVIR e SENTIR, que têm, como uma de suas características básicas, a possibilidade de ter um duplo significado. Num desses significados, destaca-se o aspecto de recepção, por parte do sujeito, de determinados dados sensoriais, através de algum mecanismo físico, e, no outro, o aspecto de conhecimento a respeito de um determinado fato. Quando ocorrem com esse último significado, os verbos podem ser mais ou menos parafraseados por *compreender* ou *saber*.

A fim de distingui-los de outros verbos de percepção como OLHAR, TOCAR e CHEIRAR, que, além de não apresentarem o segundo significado, apresentam uma FN sujeito mais a-

gentiva, chamá-los-emos de *verbos de percepção passiva*, uma vez que sua FN sujeito representa o ser que sofre um certo tipo de experiência mental, e não um ser que é agente de uma determinada ação.

A característica de terem eles um duplo significado nos levou a investigar se temos, nesse caso, exemplos de pares de verbos homófonos ou se temos exemplos de polissemia.

Para testar isso, verificamos se existem fatores sintáticos correlacionados consistentemente à característica semântica apontada, o que nos permitiria decidir a respeito.

Investigamos ainda se as diferentes formas sintáticas que os complementos podem apresentar na estrutura superficial, determinam alguma alteração de significado, nas orações em que ocorrem os verbos de percepção passiva, e como se poderia explicar tais fatos.

Finalmente, estudamos algumas propostas de análise da estrutura subjacente às orações que apresentam complementos com *que* e com infinitivo, tentando avaliar qual delas é a mais adequada.

Para atingir os nossos objetivos, dividimos nosso trabalho em cinco etapas.

Assim, no primeiro capítulo, examinaremos os contextos em que podem ocorrer os verbos de percepção passiva, para verificar quais são os critérios que os podem distinguir de outras classes de verbos semanticamente distintas.

No segundo capítulo, mostraremos como têm sido analisados os complementos desses verbos, tanto no quadro da gramática tradicional da língua portuguesa, quanto no quadro da gramática gerativo-transformacional. Confrontaremos essas análises, verificando o que se sabe até o momento sobre a estrutura desses complementos, para depois tentarmos esclarecer alguns pontos mais controvertidos.

No terceiro capítulo, verificaremos se é possível, através de testes de estrutura de constituintes, resolver alguns desses problemas, ao nível da estrutura superficial, e se é possível estabelecer alguma distinção estrutural entre os complementos com *que* e com infinitivo.

No quarto capítulo, examinaremos algumas características semânticas desses verbos, verificando em que medida a forma sintática dos complementos está correlacionada a essas características e quais as possíveis hipóteses que temos para a explicação dos fatos.

No quinto capítulo, será abordado, então, o problema da estrutura subjacente dos complementos com *que* e com infinitivo, analisando-se mais detidamente algumas propostas já formuladas e verificando-se a possibilidade de derivá-los de uma só estrutura

Pretendemos, assim, mostrar, na conclusão, a estrutura sintática dos complementos dos verbos estudados, a representação dos verbos no léxico e a sua representação semântica.

CAPÍTULO I

1 - CARACTERIZAÇÃO DOS VERBOS DE PERCEPÇÃO PASSIVA DE ACORDO COM OS CONTEXTOS EM QUE PODEM OCORRER

1.1 - Método seguido

Neste capítulo, verificaremos se os verbos de percepção passiva podem ser distinguidos de outras classes de verbos, sob o ponto de vista sintático, de acordo com os complementos que podem apresentar na estrutura superficial.

Para podermos efetuar essa distinção, consultamos cerca de 15 falantes do português sobre a gramaticalidade das orações e escolhemos, para comparação, verbos que têm sido tratados na literatura lingüística como pertencentes a clas-

ses semanticamente distintas (Edwards, 1973 ; Bárbara, 1975). Suas características sintáticas surgirão no decorrer do capítulo.

Assim, observando-se as orações abaixo:

- (1) Maria sabe que Paulo estuda.
- (2) Maria julga que Paulo estuda.
- (3) Maria quer que Paulo estude.
- (4) Maria mandou que Paulo estudasse.
- (5) Maria olhou Paulo estudar.

verificamos que nas orações (1) - (3) expressa-se algum tipo de experiência mental do sujeito *Maria*. O tipo de experiência envolvida é identificado pelo verbo. Assim, em (1) há conhecimento, em (2) há julgamento e em (3), desejo ou volição. Já em (4), descreve-se uma relação causal entre o sujeito da principal e a ação expressa na oração subordinada e, em (5), o verbo descreve aquilo que um sujeito agente faz para perceber um determinado fenômeno.

Dessa maneira, cada um dos verbos das orações acima representarão, no nosso trabalho, cinco classes de verbos:

a) os de conhecimento, que incluem, entre outros , SABER, COMPREENDER e ENTENDER;

b) os de julgamento, tais como JULGAR, ACREDITAR e CRER;

c) os de volição, tais como QUERER, DESEJAR e PRE-TENDER;

d) os causativos, tais como MANDAR, DEIXAR e FAZER;

e) os de percepção ativa, tais como OLHAR, PROVAR e TOCAR.

Os verbos de percepção passiva serão representados por VER. Quando algum fato o distinguir dos demais, faremos observações à parte.

1.2 - A ocorrência dos verbos em diferentes contextos

1.2.1 - Verbos no contexto _____ FN

Os verbos de percepção passiva, assim como os verbos de volição, podem entrar livremente nesse contexto, quer a FN seja preenchida por uma FN abstrata, quer seja por uma FN não-abstrata:

(6) (a) Todos { vêm } o doce
(b) { querem }

- (7)(a) Todos [vêem] a felicidade de Maria.
(b) [querem]

Já os verbos de percepção ativa requerem uma FN não-abstrata como seu objeto:

- (8)(a) Todos olham o doce.
(b) *Todos olham a felicidade de Maria¹.

Com os verbos de conhecimento ocorre justamente o contrário. Apresentam-se com FNs abstratas, mas não com não-abstratas:

- (9)(a) Todos sabem a razão de sua vinda.
(b) *Todos sabem o doce.

Os verbos de julgamento, por sua vez, não podem ocorrer no contexto ____ FN. Assim, em (10), só (10 a) é gramatical, com JULGAR no sentido de *avaliar*.

- (10)(a) Todos [julgam] o menino.
(b) [*crêem]
(c) [*acreditam]

1.2.2 - Verbos no contexto _____ que FN V_{indicativo}²
 ou no contexto _____ VAux_{infinitivo} FN V+ {do }
 {ndo }

Nesses contextos, podem ocorrer os verbos de percepção passiva, os de conhecimento, os de julgamento, mas são os de volição, os de percepção ativa e os causativos:

- (11) (a) Eles [viram] que João saiu.
 (b) [souberam]
 (c) [julgaram]
 (d) { *olharam }
 (e) { *quiseram }
 (f) [*mandaram]

- (11) (a') Eles [viram] ter João saído
 (b') [souberam]
 (c') [julgaram]
 (d') { *olharam }
 (e') { *quiseram }
 (f') [*mandaram]

1.2.3 - Verbos no contexto _____ FN V_{infinitivo}

Nesse contexto podem ocorrer os verbos de percepção

ção passiva, alguns verbos de percepção ativa, tais como OLHAR e ESCUTAR, e os causativos. Já outros verbos de percepção ativa, como PROVAR, TOCAR e CHEIRAR, os de conhecimento, os de julgamento e os de volição, não podem ocorrer aí:

- | | | | | | |
|---------|-------|---|------------|---|------------|
| (12)(a) | Todos | [| viram |] | Maria sair |
| (b) | | | olharam | | |
| (c) | | | mandaram | | |
| (d) | | { | *cheiraram | } | |
| (e) | | | *souberam | | |
| (f) | | | *julgaram | | |
| (g) | | | *quiseram |] | |

1.2.4 - Verbos no contexto _____ FN V_{subjuntivo}

Nesse contexto, só podem ocorrer os verbos causativos, os de julgamento e os de volição, mas não os de percepção e de conhecimento:

- | | | | | | |
|---------|-------|---|-----------|---|-----------------|
| (13)(a) | Todos | [| mandaram |] | que ele saísse. |
| (b) | | | julgaram | | |
| (c) | | | quiseram | | |
| (d) | | { | *olharam | } | |
| (e) | | | *viram | | |
| (f) | | | *souberam |] | |

1.2.5 - Verbos no contexto _____ FN Adjetivo³
 ou no contexto _____ FN Advérbio.

Todos os verbos estudados podem apresentar-se nesses contextos, com exceção do verbo MANDAR, que, nesse caso, assume o significado de *enviar*. Entretanto, os outros dois verbos tradicionalmente considerados como causativos, DEIXAR e FAZER, podem ocorrer com FN e Adjetivo.

- (14) (a)

Viram -	}	na nua, perto de você
Souberam-		
Quiseram-		
Olharam -		
Julgaram-		
*Mandaram-		

Dos verbos de conhecimento, entretanto, somente SABER pode ocorrer aí, mesmo assim, com restrições. Assim, se a FN é um nome, e não um pronome, a oração se torna, no mínimo, estranha, como se verifica em:

- (15) *Souberam Maria nua, perto de você

1.2.6 - Verbos no contexto _____ FN Gerúndio

1.2.6 - Verbos no contexto _____ FN Gerúndio

Nesse contexto pode ocorrer a maioria dos verbos estudados, com exceção dos causativos e os de conhecimento. Quanto aos de julgamento, apenas JULGAR pode aí apresentar-se:

(16)(a)	Todos	$\left. \begin{array}{l} \text{viam} \\ \text{olhavam} \\ \text{queriam} \\ \text{julgavam} \\ \text{*sabiam} \\ \text{*mandavam}^4 \end{array} \right\}$	Maria estudando.
(b)			
(c)			
(d)			
(e)			
(f)			

1.3 - Resultados

Resumindo esse capítulo, apresentaremos, a seguir, uma tabela que mostra a ocorrência dos diferentes complementos com cada tipo de verbo.

TABELA 1 - Complementos que ocorrem com os verbos de percepção passiva, os de percepção ativa, os de conhecimento, os de julgamento e com os causativos e os de volição⁵.

Complementos	P.pas-siva	P. ativa		Conhecimentos	Julgamento	Causativo	Volição
		OLHAR	TOCAR				
FN não-abs-trata	+	+	+	-	-	-	+
FN abstrata	+	-	-	+	-	-	+
que V _{ind.}	+	-	-	+	+	-	-
V Aux _{inf.} FN V+ { -do } -ndo }	+	-	-	+	+	-	-
FN V _{inf.}	+	+	-	-	-	+	-
FN Adjetivo	+	+	+	+/-	+	+/-	+
FN Advérbio	+	+	+	+/-	+	-	+
FN Gerúndio	+	+	+	-	+/-	-	+
que V _{subj.}	-	-	-	-	+	+	+

Conforme se verifica facilmente, à simples visãoda tabela, os verbos de percepção passiva se destacam dos demais, uma vez que apresentam quase todos os tipos de complementos possíveis. Embora não possuam um traço único distintivo, o feixe de traços torna essa distinção possível.

Observamos ainda que, de um lado, eles se assemelham aos verbos de percepção ativa e aos causativos, por serem os três os únicos a apresentarem complementos com FN V_{infinitivo}. Por outro lado, assemelham-se aos verbos do tipo de SABER e JULGAR, por apresentarem os três, complementos com *que* e verbo no indicativo, ou com V auxiliar no infinitivo. Observamos ainda que os verbos do tipo de OLHAR e de SABER encontram-se em distribuição complementar em relação ao tipo de complemento que tomam.

Esses fatos podem levar nos a supor que, ou os verbos de percepção passiva constituem realmente uma classe de verbos com características sintáticas próprias, ou que são pares de verbos homófonos, sendo que um dos membros de cada par pertenceria à classe de OLHAR, e o outro, à de SABER.

É necessário, portanto, que examinemos mais detidamente esses complementos, principalmente os que apresentam o verbo no indicativo e no infinitivo, para verificarmos se existem fatores sintáticos consistentemente correlacionados a fatores semânticos que permitam a confirmação de uma dessas hipóteses.

Com esses propósito , estudaremos, inicialmente, as

propostas de análise que têm sido feitas para os complementos desses verbos.

NOTAS

1. Encontramos uma porcentagem mínima de falantes que aceitam (8b). Por outro lado, não consideramos o verbo OLHAR em orações como *Olha sō a felicidade dela!* em que OLHAR assume uma função tipicamente dêitica.
2. Como, nesse ponto do trabalho, ainda não sabíamos qual seria exatamente a estrutura dos complementos dos verbos de percepção passiva, optamos em dar os contextos como uma simples seqüência linear de elementos.
3. Como a estrutura desses complementos não está especificada, queremos frisar que tanto o adjetivo como o advérbio foram considerados aqui apenas quando se referem à FN objeto, e não à FN sujeito.
4. As orações em que MANDAR é seguido de uma FN podem ser consideradas como gramaticais, com o verbo no sentido de *enviar*.
5. Os traços +/-, ocorrendo no mesmo quadro, significam que o complemento não é marca distintiva de uma classe de verbos, pois pode ocorrer com alguns deles, mas não com todos.

CAPÍTULO II

2 - ALGUMAS ANÁLISES DA GRAMÁTICA TRADICIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA GRAMÁTICA GERATIVO-TRANSFORMACIONAL

2.1 - Introdução

Como ponto de partida para a análise dos complementos que mencionamos no capítulo anterior (com indicativo e com infinitivo), faremos, nesta parte de trabalho, um levantamento de como eles têm sido analisados pelos gramáticos tradicionais da língua portuguesa e como são tratados pelos lingüistas que seguem a linha da gramática gerativo-transformacional.

Confrontando os diferentes pontos de vista dos gramáticos tradicionais, verificaremos que existem maiores divergências em relação a determinados tipos de complementos e levantaremos uma hipótese para explicar isso, visto que, de alguma forma, tais análises são reflexos das intuições dos falantes a respeito da estrutura desses complementos.

Em relação aos complementos com *que*, não há confrontação possível, visto que todos os gramáticos consultados os consideram como *orações substantivas objetivas diretas*. De uma certa maneira, há aqui concordância com grande número de lingüistas que consideram as orações encaixadas como frases nominais¹. Assim, deter-nos-emos nas análises dos complementos com infinitivo e com gerúndio.

2.2 - A análise dos complementos com infinitivo

2.2.1 - A visão dos gramáticos tradicionais da língua portuguesa

A maioria dos gramáticos contemporâneos, em suas obras recentes, considera que os verbos VER, OUVIR e SENTIR, ao lado de MANDAR, DEIXAR e FAZER, podem ter um complemento oracional, constituído por um nome ou por um pronome oblíquo átono que, embora agregado ao verbo da principal, funciona

como sujeito do infinitivo. Essa é, por exemplo, a posição assumida por Cunha (1972), Rocha Lima (1973), Bechara (1972a), Gama Kury (1970), Macambira (1974) e Elia (1960).

A maioria dos autores cita apenas os seis verbos mencionados acima, enquanto Macambira acrescenta o verbo OLHAR, e Elia, os verbos PERMITIR e ESCUTAR.

Em geral, a justificativa que apresentam para tal análise é a comparação entre a oração reduzida e a oração com infinitivo. Assim, como temos:

(17) Deixei que eles fugissem.

em que *eles* é sujeito da oração subordinada, (17') seria simplesmente a passagem de uma oração desenvolvida para a forma reduzida de infinitivo.

(17') Deixei-os fugir.

Dentre esses autores, Bechara (1973 b, p.113) é o único a chamá-los de *auxiliares sensitivos*, definindo-os como sendo os verbos *VER, OUVIR, SENTIR* e *sinônimos* que, juntando-se a *infinitivo* ou *gerúndio*, não formam locução verbal, mas muitas vezes, se comportam sintaticamente como tal. O autor, porém, não explicita que tipo de comportamento é esse, nem quais são as vezes em que esses verbos operam como consti-

tuintes de uma locução verbal. Na mesma obra ainda (p.243) , Bechara apresenta outra análise dessas construções, embora continue a tratar os verbos como *auxiliares sensitivos*. Considera, então, que os verbos são transitivos, tendo uma oração reduzida de infinitivo como seu complemento, cujo sujeito é o pronome ou o nome que o acompanha. Afirma ainda que, nessas construções, se encontra um exemplo de mudança de função sintática de um termo. Na origem latina, o pronome oblíquo átono das construções do tipo de (17') seria realmente o objeto direto do primeiro verbo, tendo passado, com o tempo, a ser sentido como sujeito de um infinitivo.

Realmente, Ernout e Thomas (1953) dão os passos dessa evolução sintática. Segundo esses autores, a oração infinitiva era um caso de duplo acusativo em sua origem, semelhante à construção de (18).

(18) *Doces pueros grammaticam.*

Ensino aos meninos gramática.

Assim, a oração:

(19) *Sentio eum venire.*

Sinto o vir.

analisava-se, de um lado, em *Sentio eum* e de outro, em *Sentio venire*. Mais tarde, o nome no acusativo pareceu formar

um grupo com o infinitivo. Desse modo, *Sentio eum // venire* passou a *Sentio // eum venire*. Observam ainda os autores que essa construção era corrente com os verbos que exprimem uma declaração, um conhecimento, uma percepção ou um sentimento, mas que foi sendo abandonada na língua falada, que preferia cada vez mais a completiva com *quod*, que, com sujeito no nominativo e verbo num modo pessoal, evitava toda a ambigüidade sintática da construção.

Outros autores, entretanto, como Chaves de Melo (1971), consideram que nas construções do tipo de (17') não temos verdadeiras orações com o infinitivo, considerando - o como um *nome verbal*, mesmo quando apresenta sujeito ou complementos expressos.

Verificamos aí que há falta de critério em relação ao que seja uma oração e quanto ao que seja uma frase nominal. Mesmo dentro do quadro da gramática tradicional, parece-nos bastante estranho considerar-se que, numa oração como:

(20) *Vimos João lavar um carro.*

a seqüência *João lavar um carro* não forma uma oração, mas uma simples frase nominal.

Nesse ponto, entretanto, Chaves de Melo parece concordar com Soares Barbosa (1875), que analisa os infinitivos como sendo vocábulos de categoria dupla: funcionam como verbo, no aspecto semântico, pela propriedade de *enunciar vaga-*

mente a coexistência de uma *idêia* em outra e funcionam como nomes, no aspecto sintático, uma vez que podem ser sujeito ou complemento de outro verbo, e que podem ser regidos por qualquer preposição, como ocorre nos respectivos exemplos:

(21) *Ser* é melhor que não *ser*.

(22) Desejo *ser*.

(23) Para *ser*, é preciso lutar.

Parece-nos que há aí uma contradição dentro da própria obra de Soares Barbosa, uma vez que, ao tratar do emprego do infinitivo impessoal, o autor estatui que, para usá-lo, é necessário ter ele o mesmo *sujeito* que o verbo da oração principal, exemplificando com *Eu quero fazer, Tu quisesse fazer*, etc. Assim, ele efetua a análise de orações como (22) em dois níveis diferentes: um mais superficial e outro mais profundo ou lógico.

Uma terceira posição é encontrada em Said Ali (1963a) e Rocha Lima (1956). Para esses autores, o nome ou o pronome que precede o infinitivo, nessas construções, tem uma dupla função: funciona como objeto direto do verbo principal e, ao mesmo tempo, como sujeito do infinitivo, formando com ele a oração subordinada.

Oiticica (1940), por sua vez, considera que essa sintaxe é latina e aproxima-a da construção com gerúndio ou infinitivo precedido de *a*. Segundo o autor, a sintaxe da

construção com infinitivo está correlacionada à de orações como:

(24) Quero-as dançando.

(25) Quero-as a dançar.

Oiticica, entretanto, não esclarece qual deve ser a análise dessas orações.

Silva Dias (1959, p. 225-226), por sua vez, menciona os verbos causativos e sensitivos, considerando que, aos seis verbos (MANDAR, FAZER, DEIXAR, VER, OUVIR, SENTIR), *liga-se um simples infinitivo atribuído ao complemento direto*. Considera ainda que há aí uma oração como complemento desses verbos, embora não deixe clara sua idéia, não se encontrando nenhuma explicação do autor para a análise feita.

Grivet (1881) não considera que haja uma oração infinitiva, assinalando que temos, nessas construções, dois complementos diretos: um substantivo ou pronome, e um infinitivo.

Ora, dentro da própria gramática tradicional há incorrência, quando se faz essa análise, visto que a definição de objeto direto é a seguinte: *Objeto direto é o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal* (Rocha Lima, 1973, p. 212).

Como se poderia considerar o infinitivo como o

paciente da ação expressa pelo verbo? Neste caso, parece que o autor usa outro critério, considerando, como complemento direto, qualquer complemento que ocorra sem preposição. Vamos, assim, que os critérios de análise oscilam, levando a análises paradoxais.

Macambira (1974) fornece mais argumentos contra análises como a de Grivet, assinalando que os elementos constituintes desse complemento não pertencem à mesma classe de palavra e que, se houvesse dois objetos diretos, os dois poderiam ser unidos por *e* ou por vírgula, o que não ocorre:

(26) *Vi a França e cair.

(27) *Via a França, cair.

Além disso, o autor mostra que a passiva correspondente à ativa (28) é (28'):

(28) Deixei o tempo correr.

(28') O tempo correr foi deixado por mim.

mas que, em decorrência da falsa impressão de que a FN *o tempo* é o objeto do verbo da oração principal, pode-se supor que a passiva de (28) seja (28''):

(28'') O tempo foi deixado correr por mim².

Assim, implicitamente, Macambira parece apoiar a tese de que há uma ambigüidade estrutural na seqüência V-FN-inf, fazendo com que seja analisada ora como V_0 [FN FV], ora como V FN [FV].

Entretanto, uma análise bastante semelhante à de Grivet é feita por Maurer (1968) e por Jucá (1971).

Para Maurer (p.112), não se pode considerar que há uma oração com sujeito próprio nas construções com infinitivos. *Tratar-se-ia aí apenas de um caso de um tipo de construção bastante usual na língua, na qual um segundo complemento ... completa o sentido do verbo regente, servindo-lhe de predicativo, como se chama tradicionalmente.*

Para Jucá (1971), com os causativos e os sensitivos, o infinitivo não se tornou autônomo, perdendo aí sua individualidade. Assim, em (28) teríamos uma só oração, à qual ele chama de *sentença mista*, cuja estrutura seria equivalente à de:

(29) Consideram-no sábio.

em que há um objeto direto e um predicativo do objeto.

Resumindo o que foi até aqui apresentado, temos cinco posições básicas quanto à análise das orações como:

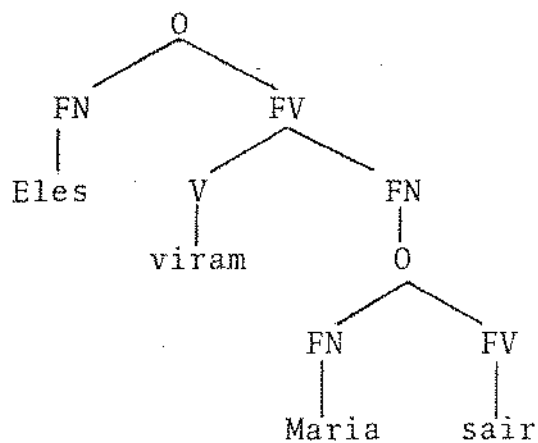
(30) Eles viram Maria sair.

que são as seguintes:

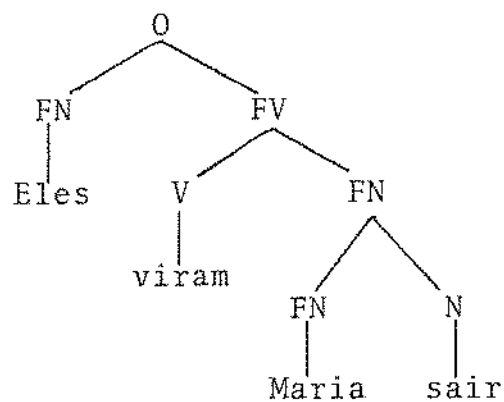
- A. A seqüência *Maria sair* forma uma oração que funciona como complemento do verbo da oração principal, sendo que a FN funciona como sujeito do infinitivo (Cunha, Gama Kury, Elia, Rocha Lima, Macambira);
- B. A seqüência *Maria sair* não constitui uma oração, mas um objeto, em que a FN *Maria* é considerada como sujeito do infinitivo (Chaves de Melo);
- C. A seqüência *Maria sair* forma uma oração, mas a FN tem uma dupla função: é objeto direto de VER e sujeito do infinitivo (Said Ali, Rocha Lima);
- D. Há apenas uma oração, com dois objetos diretos (A. Grivet);
- E. Há apenas uma oração, com um objeto direto, a FN *Maria*, e um predicativo do objeto, o infinitivo (Maurer, Cândido Jucá).

Transpondo essas intuições dos gramáticos tradicionais para árvores analíticas, teríamos, então, as estruturas representadas em (31-35), que correspondem, respectivamente, às posições de A a E, em relação às orações do tipo de (30):

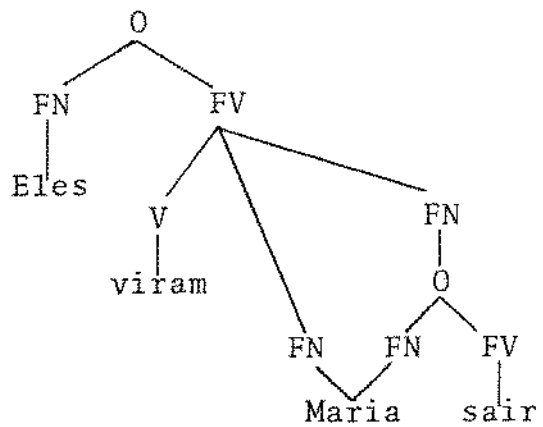
(31)



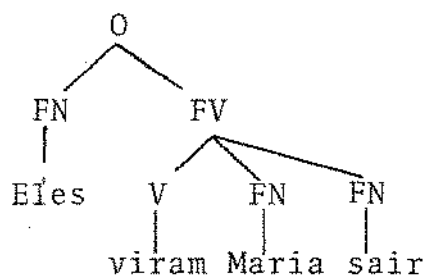
(32)



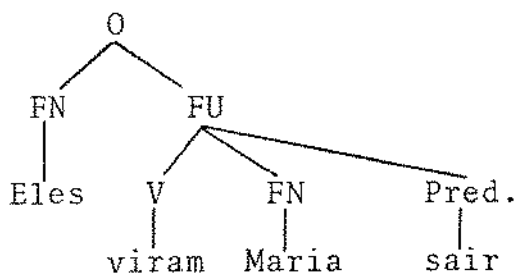
(33)



(34)



(35)



A visão das diferentes análises propostas pelos gramáticos tradicionais, para apenas um tipo de complemento, mostra-nos o interesse que há na análise dessas construções e os vários problemas sintáticos que podem ser colocados em discussão, na simples determinação de sua estrutura superficial, tais como:

a) os elementos do complemento são constituintes únicos de um mesmo nódulo ou não?

b) que categoria domina esse nódulo?

c) existem duas FNs co-referenciais, funcionando uma como objeto e outra como sujeito do infinitivo?

d) o infinitivo funciona como um nome ou um adjetivo?

No decorrer de nosso trabalho, apresentaremos hipóteses a respeito de alguns dos itens mencionados.

Por outro lado é óbvio, que nenhuma dessas análises pode ser tomada *a priori* como argumento ou comprovação de qualquer estrutura subjacente proposta. À primeira vista, entretanto, parece-nos que a existência dessas diferentes análises pode ser explicada pelo fato de os gramáticos analisarem as estruturas em diferentes níveis de sua derivação : uns em um nível mais profundo, como em (31), outros em um nível mais superficial como em (34) e (35) e outros ainda em níveis diferentes ao mesmo tempo, como parece ser o caso de (33), em que se analisa a construção, combinando-se as análises representadas em (31) e (34).

2.2.2 - Análises propostas pelos lingüistas no quadro de gramática gerativo-transformacional

Dentro do quadro da gramática gerativo-transforma-

cional, encontramos poucos trabalhos que tratem especificamente dos complementos dos verbos de percepção e dos causativos do português. A respeito destes últimos, encontramos mais referências dentro dos trabalhos de Martín (1974), Pontes (1973) e Bárbara (1975), que fazem análises semelhantes, considerando que os complementos com *que* e com infinitivo têm a mesma estrutura subjacente, sendo eles orações dominadas por um nóculo FN, que se superficializam de dois modos diferentes por sofrerem transformações diferentes.

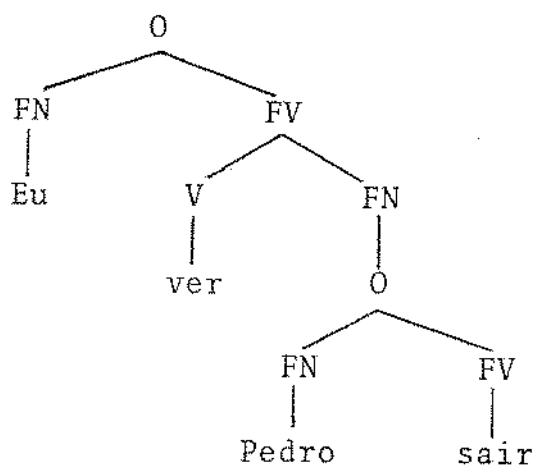
Pontes (1973) observa ainda que, quanto aos verbos VER, OUVIR e SENTIR, há mudança de significado, de acordo com o tipo de complemento que tomem, considerando que temos, então, pares de verbos homófonos.

Perini (1974), entretanto, considera que, tanto para os causativos quanto para os de percepção, há duas estruturas subjacentes diferentes, conforme o tipo de complemento. Considera que os complementos com *que* dos verbos de percepção são derivados de orações dominadas por FNs, enquanto os complementos com infinitivo são derivados de uma FN simples e de uma oração que não é dominada por FN. Assim, (36) e (37) teriam, respectivamente, as estruturas subjacentes (36') e (37'):

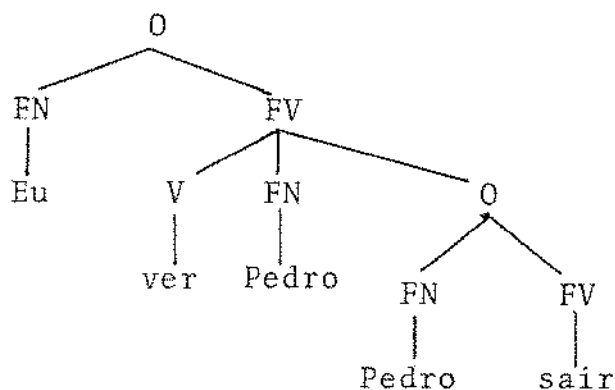
(36) Vi que Pedro saía.

(37) Vi Pedro sair.

(36')



(37')



Quicoli (1976) apresenta uma série de argumentos contra a estrutura representada em (37'), propondo que verbos como VER tenham a estrutura subjacente VER - O.

Rodrigues (1975) também não aceita (37'), propondo que os complementos com *que* e com infinitivo tenham a mesma estrutura subjacente, considerando-os como uma oração dominada por FN.

Para o inglês, não tivemos oportunidade de encontrar trabalhos que tratem especificamente desses verbos, sob o ponto de vista sintático.

Postal (1974) considera que esses verbos poderiam ser tratados como verbos da classe de BELIEVE, que provocariam o alçamento da FN sujeito do complemento, encontrando, entretanto, alguma dificuldade para explicar determinados fatos sintáticos e semânticos.

Rogers (1971) enfoca, sobretudo, o aspecto semântico dos verbos, procurando mostrar que há uma relação semântica funcional entre os verbos de percepção cognitiva e os verbos de percepção ativa. Os primeiros seriam verbos que descrevem o ato de uma percepção mais ou menos passiva e seriam SEE, HEAR e FEEL₁, enquanto os segundos, LOOK, LISTEN e FEEL₂ descrevem aquilo que se faz para perceber. O que distinguiria o padrão oracional desses dois grupos de verbos seria a existência, com os primeiros, de um sujeito Dativo, de acordo com as primeiras gramáticas de casos, enquanto, com os segundos, haveria um Agente e talvez um Experimentador adicional.

Caplan (1973) faz observações semelhantes às de Rogers, mostrando, porém, que, em orações complexas, são os verbos estativos de percepção (VER, OUVIR, SENTIR) é que permitem que seu significado seja interpretado como perceber, compreender, gerando-se, às vezes, alguma ambigüidade.

Outros autores, como Hooper (1975) e Cattell (1973), têm mencionado esses verbos, abordando o problema da factividade. A eles faremos referências especiais, quando tratarmos do aspecto semântico.

2.3 - A análise dos complementos com gerúndio

2.3.1 - A visão dos gramáticos tradicionais da língua portuguesa

Os complementos dos verbos de percepção que apresentam uma frase nominal seguida de gerúndio, têm sido analisados como sendo orações adjetivas, equivalentes às orações com infinitivo introduzido pela preposição *a*.

Assim, (38) seria equivalente a (38'):

(38) Vede Jesus despejando os vendilhões do templo .

(38') Vede Jesus a despejar os vendilhões do templo .

Essa análise é feita por Said Ali (1963 a), Gama Kury (1970), Bechara (1972 b), Rocha Lima (1973) e Celso Cunha (1972).

Alguns autores consideram que essa construção só é possível com o chamado '*gerúndio progressivo*' que expressa *uma ação em desenvolvimento, um fato que se está passando momentaneamente com o ser* (Rocha Lima, (1973, p. 245 . Outros, entretanto, consideram que o gerúndio pode indicar ainda *uma atividade permanente, qualidade essencial, inerente aos seres*³ (Bechara 1972 b, p. 238), como em:

(39) Decreto de 14 de fevereiro de 1756, proibindo
a entrada de meias de seda...

Segundo Said Ali (1963 b) esse emprego do gerúndio

em português corresponde ao do particípio do presente latino. Assim, seria possível substituir uma oração gerundiva, tal como (40), por uma oração adjetiva introduzida por *que*:

(40) Ouviu uma voz falando-lhe com voz humana.

(40') Ouviu uma voz que lhe falava com voz humana.

Essa característica adjetiva dos gerúndios já havia sido observada por Soares Barbosa (1875), que os considerava como adjetivos indeclináveis, que têm, ao mesmo tempo, o regime do verbo e o significado do adjetivo, expressando uma qualidade que modifica o substantivo.

Uma análise semelhante é feita por Chaves de Melo (1971), que lhes nega, entretanto, a condição de oração, considerando-os como simples adjuntos adnominais.

Macambira (1974), por sua vez, analisa-os como predicativos do objeto, colocando-os ao mesmo nível de adjetivos, de advérbios, ou de infinitivos antecidos pela preposição *a*, em construções do tipo de:

(41)(a)	Viram Maria	$\left. \begin{array}{l} \text{sorrindo.} \\ \text{sorridente.} \\ \text{a sorrir.} \\ \text{aqui.} \end{array} \right\}$
(b)		
(c)		
(d)		

Verificamos, assim, que novamente as posições são divergentes. Existem pelo menos três, que resumimos a seguir:

A. A seqüência *Maria sorrindo* de (41a) é consti-

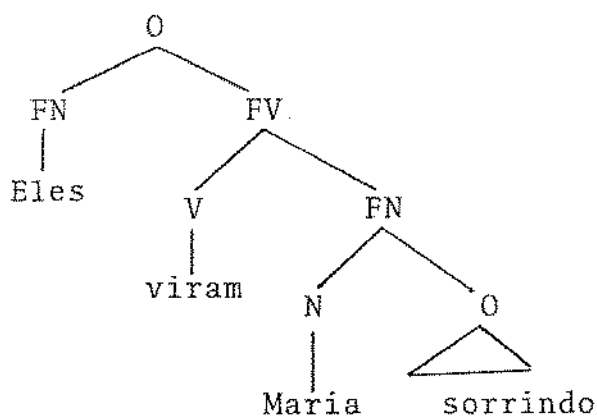
tuída por um objeto direto e uma oração adjetiva (Rocha Lima, Celso Cunha, Bechara, Gama Kury, Said Ali);

B. A seqüência é constituída por um objeto direto e seu adjunto adnominal, o gerúndio (Gladstone Chaves de Melo);

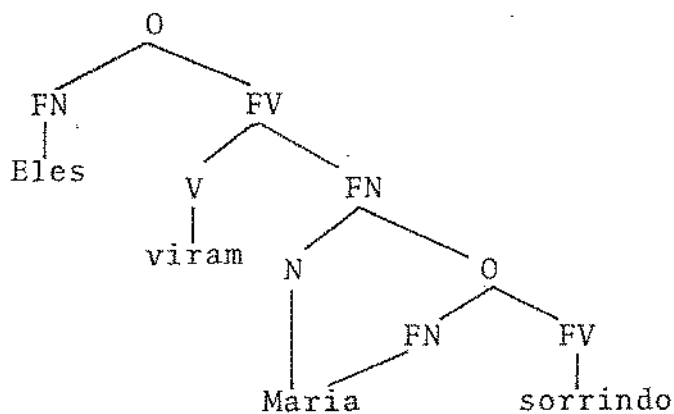
C. A seqüência é constituída por um objeto direto e um predicativo do objeto (Macambira).

Transpondo essas análises para árvores analíticas, poderemos ter (42) ou (43) para A, e (44) e (45) para B e C, respectivamente:

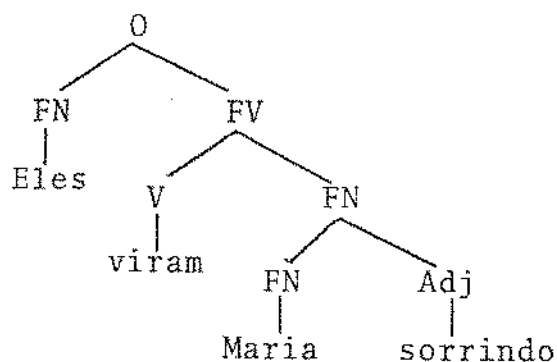
(42)



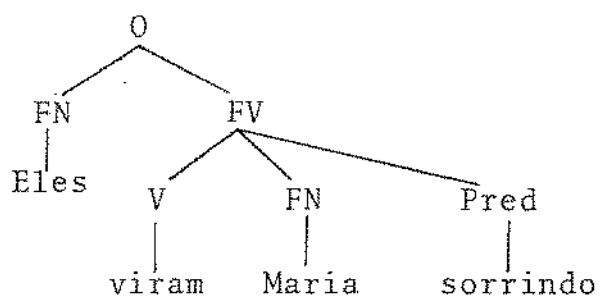
(43)



(44)



(45)



Conforme se verifica facilmente, seria impossível uma estrutura como (43) dentro da gramática gerativo - transformacional. Novamente verificamos que os gramáticos, sem contar com métodos de trabalho mais precisos, fazem a análise em diferentes níveis, ou em dois níveis diferentes ao mesmo tempo, como em (43).

Consideramos, finalmente, que a observação dessas análises ressalta os principais pontos de discussão a respeito desses complementos:

a) O nome e o gerúndio são dominados por um nó FN ou não?

b) O gerúndio é realmente uma redução de uma oração relativa?

Nos próximos capítulos, tentaremos examinar melhor

os fatos, para que possamos levantar alguma hipótese a respeito, visto que, nem mesmo no quadro da gramática gerativo-transformacional, o problema se encontra resolvido, como veremos a seguir.

2.3.2 - As análises propostas no quadro da gramática gerativo-transformacional

No quadro da gramática gerativo-transformacional, para o português, não temos conhecimento de nenhum trabalho que trate especificamente do assunto.

Para o inglês, algumas propostas têm sido feitas, sem se chegar, entretanto, a resultados decisivos.

Chomsky (1974), por exemplo, verificando as possibilidades de aplicação da Passiva a orações como:

- (46) John found the boy studying in the library.
João encontrou o menino estudando na biblioteca.

que daria tanto (46a) como (46b).

- (46)(a) The boy studying in the library was found
(by John).
O menino estudando na biblioteca foi encontrado (por João).

(46)(b) The boy was found studying in the library
(by John).

O menino foi encontrado estudando na biblioteca (por João)

considera que as estruturas subjacentes a (46) seriam:

(46)(a') John - found - the boy studying in the
library.

João - encontrou - o menino estudando na biblioteca.

(46)(b') John - found studying in the library - the
boy.

*João - encontrou estudando na biblioteca
- o menino*

Portanto, (46) poderia ser analisada de duas maneiras distintas, ou como FN - V - FN, ou como FN - Aux + V - FN - Comp. Haveria, então, uma regra de base, tal que:

(47) $V \rightarrow V_2 + \text{Comp}$

Entretanto, o próprio Chomsky assinala, em nota de rodapé, que estudos posteriores mostram que a maioria das construções introduzidas pela regra (47) poderiam ser derivadas transformacionalmente.

Smith (1964) mostra que uma oração como:

(48) John saw the man running.

João viu o homem correndo.

não provêm de redução de oração relativa, com o argumento de que se *running* fosse resultado de apagamento de *Wh*, de uma oração relativa, seria possível encaixar uma oração restritiva ao nome precedente, o que não ocorre, conforme se verifica em (48'):

(48') *John saw the man running who were a black
homburg.

**João viu o homem correndo que usava um chapéu preto.*

Segundo a autora, uma oração como (48) teria duas origens distintas, que seriam:

(48)(a) John saw the man while he (John) was running.

João viu o homem enquanto ele (João) estava correndo.

(48)(b) John saw that the man was running.

João viu que o homem estava correndo.

Entretanto, no mesmo artigo, a autora considera que orações como:

(49) He saw a man walking in the parking.

Ele viu um homem andando no estacionamento.

em que o determinante do nome é um artigo indefinido, podem provir de uma oração relativa.

Assim, segundo a autora, os gerúndios, nesse tipo de construção, poderiam ter pelo menos três origens distintas.

A possibilidade de que os gerúndios nessas construções sejam derivados de orações com *que* mais gerúndio progressivo (estar morrendo) também foi sugerida por Fillmore (1963) e Emonds (1970,72), segundo citação de Akmajian(1975).

Entretanto, Stockwell *et alii* (1973) mostram que essa análise não é adequada, visto que, segundo os autores, uma oração como:

(50) I heard him talking
Eu ouvi-o conversando.

não implica que:

(50)(a) I heard that he was talking.
Eu ouvi que ele estava conversando.

mas sim, que:

(50)(b) I heard him in the act of talking.
Eu ouvi-o no ato de conversar.

ou alguma outra paráfrase adverbial.

Akmajian (1975) mostra que nenhuma dessas análises, nem a que propõe derivar os gerúndios de orações adjetivas, é adequada. Segundo esse autor, tais gerúndios não tem fonte oracional, sendo um constituinte FV de um nóculo FN, que tem por núcleo uma outra FN, pelo menos em alguma etapa de sua derivação.

No decorrer do nosso trabalho, limitar-nos-emos a investigar alguns dados sobre a estrutura superficial dos complementos com gerúndio, visto que seu estudo mais por me—

norizado não é necessário para atingirmos nossos objetivos iniciais.

NOTAS

1. No próximo capítulo, examinaremos com maiores detalhes a hipótese de as orações serem encaixadas sob FNs.
2. A gramaticalidade de (28") não é ponto pacífico. Voltaremos à análise mais detalhada desse tipo de oração no capítulo 5, quando estudarmos as hipóteses a respeito das estruturas subjacentes e das transformações que levam a diferentes estruturas superficiais.
3. Nesse caso, embora os autores não o digam explicitamente, podemos considerar que as orações com gerúndio, segundo eles, podem funcionar, ora como adjetivas restritivas, ora como adjetivas não-restritivas.

CAPÍTULO III

3 - A ESTRUTURA SUPERFICIAL DOS COMPLEMENTOS

3.1 - Introdução

Conforme verificamos no capítulo anterior, até mesmo a estrutura superficial de alguns complementos dos verbos de percepção é interpretada de diferentes maneiras, permanecendo vários problemas em aberto.

Neste capítulo, tentaremos solucionar alguns deles, determinando a estrutura que melhor explica determinados fatos. Simultaneamente, estaremos pondo em discussão alguns aspectos teóricos que envolvem o problema da complementação.

Os principais pontos da nossa discussão serão:

- a) os complementos analisados constituem orações?
- b) qual a relação existente entre a FN e o infinitivo, ou o gerúndio, que vêm após os verbos de percepção?
- c) os complementos oracionais podem ser dominados por um nóculo FN?
- d) existe alguma diferença significativa entre as estruturas das orações com complementos com *que* e com infinitivo?
- e) os testes que têm sido sugeridos para a distinção entre Os dominadas por FNs e Os não-dominadas por FNs são válidos para os nossos dados?

3.2 - Os complementos com *que* e com infinitivo

3.2.1 - Características oracionais

Nesta secção, tentaremos demonstrar que, pelo menos ao nível da estrutura superficial, os complementos com *que* e com infinitivo têm a mesma estrutura básica, e, portanto, o mesmo comportamento sintático.

Em primeiro lugar, é necessário determinar se ambos constituem orações.

Ora, se tomarmos uma oração simples como:

(51) Maria comeu o bolo.

verificamos que a mesma deriva de regras de base¹, tais como:

(52) O → FN Frase Predicativa

(53) Frase Predicativa → Aux FV

(54) Aux → Tempo (M) (Aspecto)

Se essa oração simples for encaixada em outra, podemos obter orações como:

(55) Todos viram que Maria comeu o bolo.

onde observamos que os elementos constituintes de (51) estão presentes, mais o complementizador. Portanto, apenas a presença desse elemento é que diferencia (55) da oração simples. Se, por esse fato, resolvéssemos afirmar que, nesse caso, não temos uma oração, estaríamos complicando as regras de base, pois teríamos de acrescentar outra regra, do tipo de (56), para dar conta desse constituinte:

(56) Z → que FN FP

Da mesma maneira, se considerássemos que em:

(57) Todos viram Maria comer o bolo.

não temos uma oração encaixada, teríamos de ter outra regra de base para também dar conta do constituinte *Maria comer o bolo*.

Por outro lado, examinando orações derivadas por meio de alguma regra transformacional, como a Passiva, obtemos (51') de (51):

(51') O bolo foi comido por Maria.

Os mesmos resultados são obtidos, quando se aplica a mesma regra às orações complexas (55) e (57):

(55') Todos viram que o bolo foi comido por Maria.

(57') Todos viram o bolo ser comido por Maria.

Tal fato nos mostra que, se considerássemos a oração encaixada como pertencente a uma outra categoria, estaríamos também, de alguma forma, tornando mais complexas as regras transformacionais.

3.2.2 - O encaixe em FNs

Do ponto de vista da gramática gerativo - transformacional, existem três posições diferentes em relação ao encaixe de orações sob FNs, a saber:

- a) qualquer oração encaixada é dominada por FN.
- b) algumas dessas orações podem ser dominadas por FNs.
- c) nenhuma delas é dominada por FN.

Para tomarmos posição a respeito, estudaremos as diversas hipóteses levantadas e verificaremos qual delas se adapta aos dados do português e, em particular, aos complementos dos verbos estudados, verificando se existe, nesse ponto, alguma diferença entre os complementos com *que* e com

infinitivo.

3.2.2.1 - A hipótese de Rosembaum

No trabalho pioneiro de Rosembaum (1967), o autor faz uma distinção entre dois grandes tipos de complementação: complementação de FV e complementação de FN.

A primeira seria gerada pela regra:

$$(58) \quad FV \quad + \quad (FN) \quad (FP) \quad \left\{ \begin{array}{l} O \\ FP \end{array} \right\}$$

e a segunda, por

$$(59) \quad FN \quad + \quad Det \quad N \quad \{ O \}$$

Para justificar essa distinção entre orações que são dominadas por FNs e orações que não o são, Rosembaum argumenta com a possibilidade de certas orações poderem funcionar exatamente como FNs, quando submetidas a determinadas transformações, enquanto outras não o podem. Assim, de acordo com sua hipótese, só orações dominadas por FNs podem passar a sujeito da oração matriz em orações passivadas, e seguir o verbo SER em orações *pseudo-cleft*.

Aplicando a transformação da Passiva e de *Pseudo-cleft* às orações com complementos com *que* e com infinitivo, dos verbos de percepção passiva, podemos obter, a partir da

estrutura de (55), (55 a) e (55 b):

(55) Todos viram que Maria comeu o bolo.

(55)(a) Que Maria comeu o bolo foi visto por todos.

(55)(b) O que todos viram foi que Maria comeu o
bolo.

A partir da estrutura de (57), podemos obter, com a aplicação da Passiva:

(57)(a) Maria comer o bolo foi visto por todos.

(57)(b) Foi visto (por todos) Maria comer o bolo.

sendo a última considerada mais natural.

Aplicando *Pseudo-cleft*, obtemos:

(57') O que todos viram foi Maria comer o bolo.

Verificamos em que (55 a) e (57 a) todo o complemento passou a sujeito da oração matriz e que, em (55 b) e (57'), todo o complemento segue o verbo SER.

Assim, se aceitarmos a hipótese de Rosebaum de que só orações dominadas por FNs funcionam dessa maneira, teríamos evidências de que tanto os complementos com *que*, como com infinitivos, têm essa estrutura.

3.2.2.2 - Críticas às hipóteses de Rosebaum

Muitos têm sido os trabalhos que criticam os tes-

tes propostos por Rosembaum para a distinção entre orações dominadas por FNs e orações não-dominadas por FNs.

Entre eles, Stockwell *et alii* (1973) afirmam que as transformações propostas por Rosembaum para efetuar essa distinção não têm validade para isso. O que evidenciariam é se os elementos dos complementos funcionam ou não, como um só constituinte, ao nível da estrutura superficial, pois muitos deles perdem a sua integridade oracional no decorrer das transformações.

Outra crítica também é feita por Emonds (1970). Segundo o autor, não é válida a afirmação de que o elemento *pseudo-clefted* é, necessariamente, uma FN. Realmente, em português, podemos ter:

- (60)(a) O que ele odeia é cantar.
- (b) O que ele está é cansado.
- (c) Onde ele caiu foi na piscina.

em que vemos que outros elementos podem ser *pseudo-clefted*, além de FNs.

Emonds propõe, então, que um teste mais válido para se definir se um elemento é ou não uma FN, é o exame de orações *cleft*. O que ocorre, em inglês, nessas orações, é que só os gerúndios e FNs podem aparecer como foco, enquanto orações com *that* e com infinitivo não podem. Em português, entretanto, isso parece não ocorrer sempre. Assim, enquanto em orações com os verbos de percepção passiva, esses complementos não podem aparecer como foco, em orações com verbos do

tipo de LAMENTAR isso é possível. Comparem-se, por ex.:

(61)(a) *Foi que Paulo saiu aborrecido que eu vi .

(b) *Foi Paulo sair aborrecido que eu vi.

(62)(a) Foi que Paulo tivesse saído aborrecido que eu lamentei.

(b) Foi Paulo ter saído aborrecido que eu lamentei.

Talvez isso indique que, conforme o tipo de verbo da oração principal, a oração complemento é, ou não, dominada por uma FN. Entretanto, esta é uma hipótese que sugere uma pesquisa maior, visto que aí não é o problema de factividade que está envolvido, pois podemos ter também, com um verbo claramente não-factivo como QUERER, orações *cleft*, como:

(63) É que você estude que eu quero.

Além disso, o teste proposto por Emonds parece estar sujeito ao mesmo tipo de crítica que ele faz ao teste de *Pseudo-cleft*, isto é, o elemento que pode ser foco da construção *cleft* não é obrigatoriamente uma FN. Assim, podemos ter:

(64)(a) Foi com João que Maria saiu.

(b) É cantar que eu quero.

(c) Foi desamparada que Maria ficou.

Outro argumento de Emonds é o de que só FNs podem ser precedidas por preposições, o que não ocorre com complementos com *that*, que, portanto, não seriam FNs. Se isso é

verdade para o inglês, o mesmo não ocorre para o português, pois podemos ter vários tipos de preposições antecedendo os complementos com *que* e com infinitivo, como se verifica em:

(65) (a) A sensação [de que era feliz] dominava João.
 (b) [de ser feliz.]

(66) (a) Foi feita a preparação { para que os boxeadores lutassem.
 (b) { para os boxeadores lutarem.

(67) (a) Não podia ver o palhaço { sem que risse.
 (b) { sem rir.

Um terceiro argumento é que, se as orações e os infinitivos não são FNs, eles não poderiam entrar livremente em coordenação com FNs.

Em português, parece-nos também que esse tipo de coordenação não ocorre livremente, sendo, portanto, esse teste, um dos melhores para a verificação do encaixe de orações sob FNs. Assim não podemos ter:

(68) *Todos viram que Paulo chegou tarde e Maria.

(69) *Todos viram Paulo chegar tarde e Maria.

Encontramos, entretanto, algumas orações com esse tipo de coordenação, que são aceitáveis para os falantes, como:

(70) Observou a rua sem curvas e que, portanto, poderia correr por ela.

(71) Ouviu tocarem corneta e o brado agudo do sentinela.

Isso demonstra que, se as orações não são encaixadas em FNs, pelo menos são semelhantes a elas de alguma maneira.

De qualquer modo, o que fica claro é que os testes de Emonds também nos mostram que as orações com *que* e com o infinitivo têm o mesmo comportamento sintático.

3.2.2.3 - A distinção feita por Brandon (1974)

Outros autores, como Brandon, estabeleceram distinções entre complementos com gerúndios-infinitivos e outros tipos de complementos.

Assim, o autor considera que apenas os infinitivos-gerúndios podem ser considerados como FNs, ao contrário de orações com subjuntivo ou indicativo, em Swahili. Essa distinção é feita, baseando-se no comportamento sintático e morfológico dos complementos.

Assim, na referida língua, a Topicalização só pode ser aplicada a FNs e a infinitivos-gerúndios. Entretanto, aplicando-se esse teste às orações do português, verificamos que podemos também topicalizar os complementos com *que* e com

infinitivo:

(72)(a) Que o Paulo beijou a Maria, eu mesma vi.

(b) O Paulo beijar a Maria, eu mesma vi.

Existem, entretanto, outros fatos que levam Brandon a estabelecer essa distinção. Um deles é que, em Swahili, só os infinitivos-gerúndios apresentam o mesmo morfema dos nomes para a concordância nominal e verbal, enquanto os outros apresentam uma forma impessoal. Em português, não é possível detectar essa diferença, uma vez que tanto infinitivos como complementos com *que* apresentam o mesmo morfema para a concordância:

(73)(a) Foi visto que os meninos saíram.

(b) Foi visto os meninos saírem.

3.2.2.4 - Alguns testes propostos por Pizzini (1972)

Buscando também encontrar uma forma de distinção do comportamento sintático de orações dominadas por FNs e orações não-dominadas por FNs, Pizzini (1972) utiliza uma série de transformações que assume serem exclusivas de FNs.

Uma delas seria a pronominalização, conforme a hipótese feita pelos Kyparsky (1970). Segundo os autores, em inglês, *it* seria a pro-forma de FNs e *so*, a pro-forma de orações. Assim, os complementos de verbos factivos só poderiam

ser pronominalizados por *it*, enquanto os não-factivos poderiam sê-lo por *it* ou *so*, dado que suas estruturas teriam a seguinte configuração:



Em português, o pronome *o* é pro-forma de FNs simples. Assim, se houvesse correspondência com o inglês, esperaríamos, então, que os complementos de verbos factivos se pronominalizassem com *o*, e os de verbos não-factivos, por *o* ou *assim* (*também*). Entretanto, isso não ocorre. Por exemplo, um complemento oracional de DIZER, que é não-factivo, pode ser pronominalizado apenas por *o*, ou por *isso*, quer seja um complemento com *que*, quer seja com infinitivo:

- (74)(a) Maria disse que a terra é quadrada e eu o disse também.
- (b) Maria disse ser a terra quadrada e eu o disse também.
- (c) Maria disse que a terra é quadrada e eu disse isso também.
- (d) *Maria disse que a terra é quadrada e eu disse assim, também.

Por outro lado, existem casos em que o pronome *o*

pode pronominalizar uma oração complexa inteira, como em:

- (75) Maria lamentou que Paulo tivesse feito isso,
mas não quis dizê-lo.

que pode ter o significado tanto de (75 a) como de (75 b):

(75)(a) Maria lamentou que Paulo tivesse saído,mas
não quis dizer que Paulo tinha saído.

(75)(b) Maria lamentou que Paulo tivesse saído ,
mas não quis dizer que ela lamentou que
Paulo tivesse saído.

A pronominalização, portanto, não nos fornece meios para uma distinção entre FNs-Os e Os, ou entre complementos com *que* e com infinitivo.

3.2.2.5 - Conclusão

Em suma, verificando todos os testes que até agora têm sido propostos para a distinção entre FNs-Os e Os, chegamos à conclusão de que nenhum deles é suficientemente satisfatório para que se estabeleça tal distinção, visto que, até o ponto em que fizemos nossa investigação, não conseguimos observar nenhum comportamento sintático diferente para algum tipo de O. Em geral, todas as Os podem sofrer as mesmas regras transformacionais que sofrem as FNs e podem ter a

mesma distribuição. Além disso, não vimos nenhuma possibilidade de distinguirmos, do ponto de vista sintático, diferenças entre os complementos com *que* e com infinitivo quanto ao seu encaixe em FNs.

Diante disso, algumas soluções são possíveis.

Em primeiro lugar, poderíamos generalizar as regras transformacionais, visto que se aplicam tanto a FNs como a orações, a fim de que abranjam as duas categorias. Com isso, aparentemente, estaríamos reduzindo as regras de base, pois não precisaríamos introduzir a regra:

$$(76) \quad \text{FN} \rightarrow \text{O}$$

Entretanto, verificamos que não haveria tal redução das regras de base, uma vez que, não tendo a regra anterior, deveríamos introduzir a regra (77):

$$(77) \quad \text{O} \rightarrow \text{O FV}$$

para podermos gerar orações com sujeitos oracionais. Portanto, seria necessário acrescentar ou a regra (76) ou a (77).

Por outro lado, a regra (76) implica uma categoria X, tal que:

$$X = \left\{ \begin{array}{l} \text{FN} \\ \text{O} \end{array} \right\}$$

Assim, se introduzíssemos essa categoria nas regras de base, não necessitaríamos de uma regra suplementar havendo, portanto, uma verdadeira redução das regras. Além disso, não haveria complexidade maior nas regras transformacionais,

uma vez que elas se aplicariam à categoria X.

Apesar dessa última solução nos parecer mais econômica e vantajosa, a sua adoção demanda um estudo mais aprofundado, visto que problemas de expansão deveriam ser tratados de alguma maneira difícil de se precisar, para que fossem geradas todas as orações possíveis, tais como FN V O, FN V FN, FN V FN FN, e se evitassem as agramaticais, tais como V O FN, ou O V O.

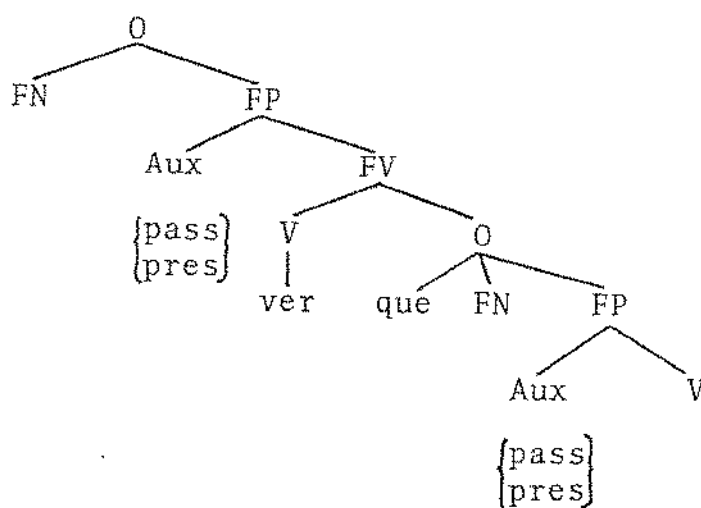
Como consideramos que esses problemas exigem um aprofundamento maior que está fora dos nossos objetivos iniciais, teremos de optar entre as regras mais comumente aceitas nos trabalhos lingüísticos.

O que observamos é que inúmeros lingüistas têm adotado a regra (76) ou alguma coisa semelhante, sem entretanto, dar a justificativa para isso e sem se preocupar com determinados aspectos da teoria lingüística geral.

Como bem nos apontou Quicoli, em comunicação pessoal, essa regra fere a teoria do X-barrado de Chomsky (1970). A regra (76) está sujeita à crítica feita por Lyons (1970), que aponta que não há nada, na teoria que a adota, que proíba regras como FN → FV; FV → FP; FP → O, etc. A teoria de X-barrado não está sujeita a esta objeção, pois requer, como um princípio geral, que, no lado direito da flecha exista um elemento da mesma categoria do elemento à esquerda. Em vista disso, preferimos optar pelo encaixe das orações diretamente sob as FVs.

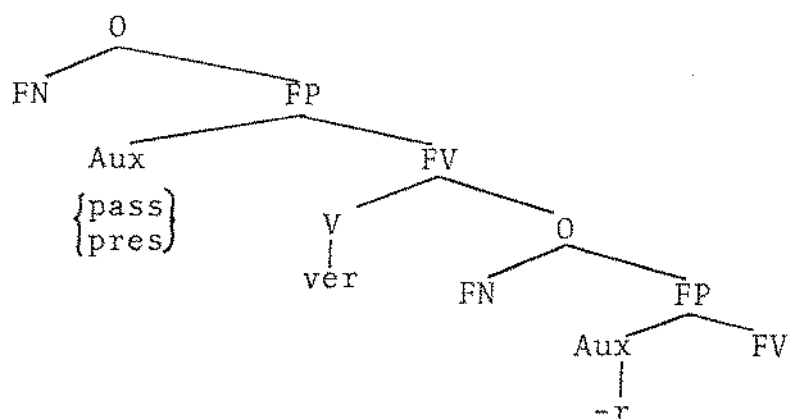
Assim, admitiremos, por enquanto, que a estrutura superficial das orações que apresentam complemento com *que* deve ser, a grosso modo, a estrutura que se encontra representada em (78):

(78)



Visto que os complementos com infinitivo não têm comportamento sintático diferente dos complementos com *que*, a sua estrutura superficial pouco diferirá de (78). A diferença fundamental será que, em (78), aparece Tempo no Auxiliar, e o *que* como complementizador, enquanto em (79), Tempo não está presente, pelo menos aparentemente:

(79)



No capítulo referente à estrutura subjacente a

essas orações, trataremos com mais detalhes o problema do Auxiliar e verificaremos se é possível, ou não, derivar essas duas estruturas mais superficiais da mesma estrutura subjacente, através de diferentes transformações.

3.3 - Os complementos com gerúndio

A fim de que a visão dos problemas que envolvem a complementação dos verbos de percepção ficasse completa, incluimos nesta secção do trabalho, alguns dados sobre a estrutura superficial dos complementos com gerúndio, que apresentam um comportamento sintático paradoxal.

3.3.1 - Características oracionais

Os complementos com gerúndio podem apresentar algumas características oracionais.

Em primeiro lugar, são constituídos por FN-FV.

Em segundo lugar, apresentam restrições seletivas entre a FN e a forma verbal seguinte:

- (80) (a) João viu { Paulo } comendo o bolo.
 (b) { *o livro }

Esse fato poderia ser explicado em termos de restrições sobre a FN sujeito de uma oração encaixada.

Além disso, se admitirmos que determinadas transformações são condicionadas aos limites oracionais, conforme verificaremos posteriormente, teremos mais evidências de que esses complementos têm uma estrutura oracional. Desse modo, aplicando-se a Passiva ao complemento de (80 a), podemos obter:

(80)(a') João viu o bolo sendo comido por Paulo.

A Reflexivização fornece mais evidências para a hipótese de que temos aí um complemento oracional. Assim, comparando-se:

(81) João viu um mendigo mirando-o

(82) João viu um mendigo mirando-se.

verificamos que, em (81), o pronome *o* pode estar se referindo a *João* e não a *um mendigo*, enquanto que, em (82), o *se* só pode referir-se a *um mendigo*, mostrando que, pelo menos em algum ponto da derivação, essa FN se encontra como sujeito da oração encaixada.

O fato de termos orações como:

(83) João viu-o saindo.

em que o pronome *se* encontra na forma própria de objeto, poderia talvez ser explicado através de uma regra de Alçamento ou de Cliticização, sendo esta, na verdade, uma forma de Alçamento, se o pronome estivesse originalmente na oração en-

caixada.

3.3.2 - Características não-oracionais

A aplicação de algumas transformações nos mostram que os complementos com gerúndio possuem um comportamento diferente do de verdadeiras orações encaixadas.

Com a Passiva, por exemplo, da estrutura de (84), podemos obter (84'):

(84) Vimos Maria comendo o bolo.

(84') Maria foi vista (por nós) comendo o bolo.

O que se observa aqui é que apenas a FN é levada para a posição de sujeito, fato que nunca ocorre com verdadeiras orações encaixadas, como se verifica em:

(85) *Os meninos foram vistos correrem.

(86) *Os meninos foram vistos que correram.

Além disso, a concordância de número e pessoa na matriz é determinada pelo *sujeito* do complemento do verbo de percepção, o que também não ocorre quando o complemento é verdadeiramente oracional.

Comparem-se, por exemplo, as orações:

(87)(a) Uma estrela aparecendo no céu foi vista por nós.

(b) Algumas estrelas aparecendo no céu foram vistas por nós.

(88)(a)*Uma estrela aparecer no céu foi vista por nós.

(b)*Algumas estrelas aparecerem no céu foram vistas por nós.

(89)(a)*Que uma estrela apareceu no céu é óbvia.

(b)*Que algumas estrelas apareceram no céu são óbvias.

3.3.3 - Evidências de que a seqüência FN-gerúndio é um sô constituinte e de que não é

Aplicando-se determinadas transformações a orações da forma: Verbo de Percepção - FN - Gerúndio, verificamos que a seqüência FN-Gerúndio, ora se comporta como uma unidade, ora não. Assim, se aplicamos Passiva, Cleft e Pseudo-cleft, a estrutura de uma oração como (90):

(90) Vi uma bola caindo.

obtemos:

(90)(a) Uma bola caindo foi vista por mim.

(b) Foi uma bola caindo que eu vi.

(c) O que eu vi foi uma bola caindo.

e também:

(90) (a') Uma bola foi vista (por mim) caindo.

(b') Foi uma bola que eu vi caindo.

(c') O que eu vi caindo foi uma bola.

Entretanto, essa dupla possibilidade não ocorre em orações como:

(91) Vi João caindo.

cuja passiva só pode ser:

(91) (a) João foi visto (por mim) caindo.

ou:

(91) (b) João, caindo, foi visto (por mim).

e não:

(91) (c) *João caindo foi visto por mim.

O que se observa é que o problema está na possibilidade de a FN poder ser seguida por uma oração relativa restritiva, como é o caso de *uma bola*, ou não poder, como é o caso de *João*:

(92) Vi uma bola que estava caindo.

(93) *Vi João que estava caindo.

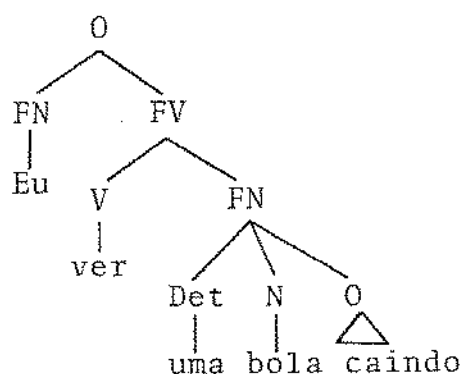
3.3.4 - Conclusão

De acordo com os dados acima, parece-nos realmente

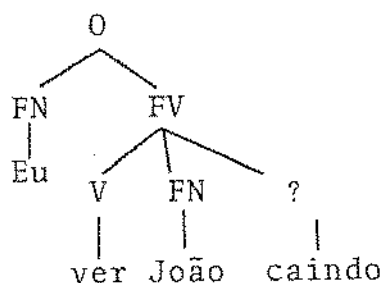
impossível dar uma só estrutura aos complementos com gerúndio. Existem casos em que eles se comportam de maneira dupla - : ora como redução de orações relativas restritivas , sendo os dois elementos do complemento dominados por um nó-dulo FN, ora se comportam como elementos não dominados pelo mesmo nó-dulo FN.

Assim, devemos ter, pelo menos em algum nível da derivação mais superficial, duas estruturas, como as que estão apresentadas em (94) e (95).

(94)



(95)



Em relação a (95), o problema maior é determinar se o gerúndio é gerado diretamente na base, ou se também provém da redução de algum tipo de oração encaixada.

Visto que a exata determinação da estrutura subjacente aos complementos com gerúndio merece um trabalho à parte e visto que esse trabalho não é necessário para os nossos

propósitos, não abordaremos mais, nesta dissertação, o problema da descrição desses complementos.

NOTAS

1. Damos aqui, simplifadamente, algumas regras de base tais como se encontram em *Aspects*, sem introduzir, por ora, qualquer modificação que seja necessária para o português.

CAPÍTULO IV

4 - O ASPECTO SEMÂNTICO

4.1 - Introdução

Conforme observamos no final do capítulo I desta dissertação, poderíamos considerar que os verbos de percepção passiva constituem pares de verbos homófonos, se fosse possível demonstrar que cada elemento do par ocorre em contextos exclusivos, com significados diferentes em cada um deles.

É isso que pretendemos verificar neste capítulo, estudando primeiramente o problema da factividade.

4.2 - Factividade ou semifactividade?

A hipótese de que os verbos estudados constituem pares de verbos homófonos teria maior suporte, se fosse possível demonstrar que, conforme o tipo de complemento que tomam, eles funcionam como factivos ou não-factivos¹. Assim, poderíamos supor que VER₁, OUVIR₁ e SENTIR₁ tomariam complementos com *que*, cuja proposição seria pressuposta como verdadeira pelo falante, enquanto VER₂, OUVIR₂ e SENTIR₂ tomariam complementos com infinitivo, cuja verdade não seria pressuposta como verdadeira.

Faz-se necessário, entretanto, distinguir entre verdadeiros factivos e semifactivos². Os primeiros implicam a verdade do complemento sob quaisquer condições, como por exemplo, sob negação e interrogação, e os segundos nem sempre a implicam.

Em relação aos verbos de percepção passiva, à primeira vista, temos a impressão de que, principalmente quando têm complemento com *que*, eles são realmente factivos.

De fato, observando-se as orações:

(96) Eu vi que havia ratos em todos os cantos do quarto.

(97) Eu ouvi que os passos de um fantasma estavam-se aproximando da porta.

(98) Eu senti que a temperatura estava abaixando.

acreditamos que elas levariam o ouvinte a concluir que o falante pressupõe a verdade dos complementos, mas a continuação dessas orações mostra-nos que essa conclusão seria normal, mas não necessária:

(96') Eu vi que havia ratos em todos os cantos do quarto, mas, na verdade, eu estava tendo uma crise de alcoolismo.

(97') Eu ouvi que os passos de uma fantasma estavam-se aproximando da minha porta, mas, na verdade, o que aconteceu foi que Maria estava arrastando correntes no corredor.

(98') Eu senti que a temperatura estava abaixando, mas foi a minha doença que me fez sentir isso.

O mesmo parece não ser possível com os verdadeiros factivos:

(99) *Eu lamentei que tenha havido ratos em todos os cantos do quarto, mas, na verdade, eu estava tendo uma crise de alcoolismo.

(100) *Eu lamentei que os passos de um fantasma tenham se aproximado da minha porta, mas, na verdade, o que aconteceu foi que Maria estava arrastando correntes no corredor.

(101) *Eu lamentei que a temperatura tenha abaixado, mas foi a minha doença que me fez sentir

Além disso, algumas interrogativas e negativas com esses verbos são ambíguas entre uma interpretação em que a verdade do complemento está implicada, e outra em que não está. Comparando-se as orações:

(102) (a) Você lamentou que Maria não tenha saído?

(b) Eu não lamentei que os alunos tenham colado na prova.

(103) (a) Você viu que Maria não saiu?³

(b) Eu não vi que os alunos colaram na prova.

notamos que em (102 a), o falante pressupõe a verdade do complemento, mas que na oração de (103 a), pode haver duas interpretações: ou o falante acredita que *Maria não saiu* e quer saber se isso foi visto, ou então está querendo saber se ela saiu ou não. Há ambigüidade também em (103 b), mas não em (102 b).

Embora o complemento com *que* pareça envolver um grau maior de certeza, para alguns falantes, este fato parece estar relacionado a uma pressuposição ou uma asserção de outra pessoa que não seja o falante. Outra possível explicação para essa tendência de alguns falantes é o fato de os complementos com *que* serem usados mais frequentemente para indicar ações e estados de maneira mais objetiva, enquanto que orações reduzidas tendem a expressar maior grau de subjetivismo, conforme veremos ainda nesse capítulo.

Além dos fatos mencionados acima, podemos verificar que, do ponto de vista sintático, os verbos de percepção

passiva, quando com complementos com *que*, funcionam de modo análogo a verbos como JULGAR ou SUPOR, que não são factivos, e não como os verdadeiros factivos do tipo de LAMENTAR.

Assim, podemos ter interrogações como:

(104) (a) Julguei que você comprou um carro novo, não comprou?

(b) Vi que você comprou um carro novo, não comprou?

Em tais orações, o complemento não pode ser pressuposto, pois não se usaria uma interrogação para pedir confirmação sobre a verdade da proposição pressuposta. É justamente por isso que (105) não é aceitável:

(105) *Lamento que você tenha comprado um carro novo, não comprou?

Outra característica que diferencia os verbos de percepção passiva dos verdadeiros factivos, é o fato de seus complementos nunca poderem ser introduzidos por *o fato de*, como ocorre com verbos do tipo de LAMENTAR:

(106) (a) *Vejo o fato de que Maria saiu.

(b) *Vejo o fato de Maria sair.

(107) (a) Lamento o fato de que Maria tenha saído.

(b) Lamento o fato de Maria ter saído.

Essas diferenças mostram que, no mínimo, os verbos de percepção passiva, não são sintaticamente semelhantes aos verbos factivos. Por esses e outros motivos é que Hooper (1975)

considera-os como semifactivos e, citando Cattell (1973), mostra que esses verbos não portam as mesmas pressuposições dos verdadeiros factivos. Por exemplo, em:

(108) Paulo não lamenta que Maria tenha saído.

é pressuposto que:

1. o sujeito da oração encaixada considera a proposição como verdadeira;

2. o falante da oração, quando diferente do sujeito, considera a proposição do complemento como verdadeira.

Entretanto, em:

(109) Paulo não viu que Maria saiu.

a única pressuposição que pode haver é por parte do falante, e não do sujeito da oração.

Assim, depois de observar esses fatos, resolvemos testar os falantes a respeito de suas intuições a respeito da factividade ou da não-factividade desses verbos, procurando verificar se há variação a esse respeito quando os complementos são diferentes. Com esse objetivo, testamos trinta falantes a respeito da possível contradição existente nas orações:

(110)(a) Paulo viu que João fez isso, mas ele realmente não fez.

(b) Paulo viu João fazer isso, mas ele realmente não fez.

Os resultados encontram-se na Tabela 2.

TABELA 2 - Intuições dos falantes sobre factividade de
VER/___ que e VER / ___ Inf

Grupos dialetais	VER / ___ que ...		VER / ___ Infinitivo	
	implica	não implica	implica	não implica
A	15	-	15	-
B	9	-	-	9
C	-	6	6	-

A tabela nos mostra que, para exatamente a metade dos falantes consultados (grupo A), a primeira interpretação das orações é feita com VER implicando a verdade do seu complemento, qualquer que seja ele. Já a outra metade admite uma segunda interpretação, em que VER não implica a verdade do complemento, mas, enquanto os falantes do grupo B consideram que essa interpretação é possível só com infinitivo, o grupo C considera que só é possível com o complemento com *que*.

Por outro lado, orações como:

(111)(a)*Lamentei que Maria tenha feito isso, mas
ela não fez.

(b)*Lamentei Maria ter feito isso, mas ela não
fez.

não foram aceitas por nenhum dos falantes.

Esses fatos comprovam a hipótese de que os verbos de percepção passiva não são factivos como os verbos do tipo de LAMENTAR.

Ficou comprovado ainda que, apenas para um grupo dialetal (B) pode ser válida a hipótese que levantamos no início do capítulo, isto é, a hipótese de que eles seriam factivos com complementos com *que* e não-factivos com infinitivos.

Tendo em vista todos os dados apresentados até aqui, consideramos que não é válido postularmos que esses verbos constituem pares de verbos homófonos, baseando-nos no critério de factividade ou não-factividade, visto que eles não se comportam como verdadeiros factivos.

4.3 - Percepção intelectual & Percepção sensorial

Perini (1974) propõe que os verbos de percepção que estamos estudando sejam considerados como pares de verbos homófonos, em que VER_1 , $OUVIR_1$ e $SENTIR_1$ têm significado de *perceber diretamente por meio dos sentidos* (visão, audição e tato, respectivamente), ocorrendo com infinitivo, enquanto VER_2 , $OUVIR_2$ e $SENTIR_2$ têm significado aproximado de *compreender, perceber indiretamente*.

Para que essa hipótese possa ser mantida, é necessário que demonstremos que esses significados estão realmente em distribuição complementar em relação aos complementos.

Examinando, primeiramente, orações com complementos com *que*, verificamos que os verbos podem realmente ter o significado de percepção intelectual, mas não obrigatoriamente. Assim, sob determinadas condições, temos ambigüidade, pois o significado pode ser tanto de percepção intelectual como de sensorial. Isso ocorre, por exemplo, quando:

a) o tempo do verbo da oração encaixada é o mesmo da oração matriz;

b) o complemento indica algo que pode ser percebido adequadamente pelo sentido (visão, audição ou tato) correlacionado ao verbo da O matriz.

Assim, nas orações:

(112) (a) Todos viram que Maria estava saindo.

(b) Todos sentiram que a sopa estava esfriando.

(c) Todos ouviram que *a Hora do Brasil* começou.

podemos ter duas interpretações: ou os fatos expressos nos complementos foram percebidos diretamente por meio dos sentidos ou foram o resultado de uma dedução a que se chegou por meio de outro fato percebido, como se vê em:

(112) (a') Todos viram que Maria estava saindo, porque Paulo ficou triste de repente.

(b') Todos sentiram que a sopa estava esfriando, porque o prato estava ficando frio.

(c') Todos ouviram que *A Hora do Brasil* começou, porque Paulo desligou o rádio.

O mesmo tipo de ambigüidade ocorre quando inserimos um modal como *poder* (no sentido de habilidade) ou como *dever* (no sentido de necessidade) na oração matriz:

(113) (a) João { deve } ver que a sala está suja.
 (b) { pode }

Verificamos, assim, que não é sempre que os verbos de percepção passiva têm o significado de *compreender*, quando tomam complementos com *que*.

Poderíamos, então, alterar a hipótese de Perini, sugerindo que haja pares de verbos homófonos, mas que os verbos que significam *perceber sensorialmente* podem ter complemento com *que* ou com infinitivo, enquanto os que significam *perceber intelectualmente* só poderiam ocorrer com *que*.

Para que a hipótese seja válida, é necessário que demonstremos que os verbos nunca ocorrem com significado de *perceber intelectualmente* junto com o infinitivo.

Assim, observando-se a oração:

(114) Maria via Paulo sair.

é indubitável que a interpretação é de que *Maria* percebeu com seus próprios olhos que Paulo saiu. Portanto, temos aí o significado de percepção sensorial. Entretanto, observando:

(115) Maria via o desespero tomar conta de Paulo, porque, do seu quarto, ela o ouvia chorar o tempo todo.

verificamos que o significado aí não é de percepção sensorial, pelo menos no sentido que tem para Perini de *ver com os próprios olhos*.

Poder-se-ia então argumentar que, nesse caso, como o verbo é seguido por FN abstrata, o significado teria de ser o de percepção intelectual. Entretanto, temos:

(116) Maria via a alegria estampar-se no rosto de Paulo, assim que ela aparecia.

em que o aspecto visual está implicado e a FN continua sendo abstrata.

Além disso, existem orações em que, mesmo com FN não-abstrata, o significado é de percepção intelectual, e não sensorial:

(117)(a) Eu vi Maria esquecer-se de Paulo, assim que ele a deixou.

(b) Maria se sentia entristecer dia a dia.

Verificamos, assim, que ambos os significados podem ocorrer, quando o verbo ocorre com infinitivo, dependendo do tipo de FN ou/e do tipo do verbo da oração encaixada, e não só do tipo de complemento. Além disso, verificamos que não há distinção bastante nítida entre o significado de *percepção sensorial* e o de *percepção intelectual* que nos permita postular a existência de pares de verbos homófonos.

4.4 - Diferenças de significado entre orações com *que* e orações com infinitivo

Desde que verificamos que não é possível distinguir nitidamente entre os significados de percepção sensorial e de percepção intelectual dos verbos de percepção passiva, conforme o tipo de complemento que eles tomam, buscaremos, nesta secção, encontrar as diferenças sutis de significado que aí estão envolvidas.

Em primeiro lugar, segundo Riddle (1975), Kartunnen (aulas, 1974) observou que as orações com infinitivo tendem a expressar atividades, enquanto as orações com *que* tendem a expressar um estado físico ou mental. Assim, em orações como:

(118)(a) Paulo decidiu ser um palhaço na festa.

(b) Paulo decidiu que seria um palhaço na festa.

a oração de (a) pode estar descrevendo uma ação efetivamente realizada por Paulo, enquanto a oração (b) descreve mais uma realidade mental.

Essa tendência poderia explicar o fato de que não podemos ter construções estativas no complemento com infinitivo dos verbos de percepção. Haveria, assim, uma espécie de *filtro* que não permitiria orações como:

(119)(a) *Vi Maria poder trabalhar.

(b) *Vi Maria dever trabalhar.

(c) *Vi Maria estar trabalhando.

Prosseguindo as investigações de Kartunnen, Riddle (1975) observa que, com um número bastante grande de verbos, aparecem diferenças de interpretação entre orações com *que* e com infinitivo. Segundo a autora, com o infinitivo, há um estreitamento da relação entre o sujeito ou o falante e o objeto, uma diminuição de autoridade ou distância. Já com os complementos com *que*, há maior distância psicológica entre o sujeito e o objeto.

Em português, podemos observar esses fatos, em orações em que entram verbos de ordem, como:

(120)(a) João mandou Maria sair.

(b) João mandou que Maria saísse.

A primeira interpretação de (a) mostra um envolvimento maior entre o sujeito da oração matriz e o objeto *Maria*. No exemplo com *que* tem-se a impressão de que a ordem

pode ter sido dada por um intermediário.

Borkin (1973) também observou várias alterações de significado entre orações com *that*, orações com infinitivo e orações com apagamento de *to be*⁴, querendo demonstrar com isso que determinados processos de desintegração sintática são paralelos a uma desintegração semântica, fazendo com que os complementos reduzidos sejam interpretados como mais dependentes de experiência pessoal ou de percepção individual.

Assim, por exemplo, em orações com verbos que envolvem algum tipo de experiência pessoal, quando o complemento ocorre sem *ser*, a experiência é mais direta:

(121)(a) Eu acho que esta cadeira é desconfortável.

(b) Eu acho esta cadeira desconfortável.

Em relação a essas orações, usaríamos (a) para indicar uma opinião sobre a cadeira, observando o comportamento dos compradores diante de determinados testes que eles fazem com ela, mas usaríamos (b), se nós mesmos tivéssemos experimentado o desconforto da cadeira.

Já outros verbos que envolvem percepção sensorial e cognição, parecem funcionar da seguinte maneira: cognição é mais proeminente com orações com *que* e menos proeminente com a ausência de *ser* ou *estar*. Em outros termos, se há um raciocínio maior envolvido, só podemos usar orações com *que*, mas, se há evidência visual direta, podemos usar tanto orações com *que* como sem *que* :

(122)(a) Depois de cuidadoso exame, Paulo notou que a nossa premissa básica estava errada.

(b)*Depois de cuidadoso exame, Paulo notou a nossa premissa básica errada.

(123)(a) Quando Paulo entrou, notou que a porta da frente estava aberta.

(b) Quando Paulo entrou, notou a porta da frente aberta.

É isso justamente que ocorre com os verbos de percepção passiva. Com os complementos com *que* parece haver distância maior entre a FN sujeito da matriz e o complemento, e cognição é mais proeminente que percepção. Entretanto, quando afirmamos que cognição é mais proeminente que percepção, não estamos querendo dizer que nunca o aspecto de percepção sensorial esteja presente. Pode estar, conforme já vimos em exemplos anteriores. Por outro lado, com os infinitivos, percepção é mais destacada que cognição, mas este aspecto não desaparece. Em suma, para usarmos esse último complemento, é necessário que a experiência do fato expresso no complemento seja direta, com um mínimo de raciocínio ou conjetura envolvidos. Quando a experiência é mais direta, entretanto, isso não implica que haja necessariamente envolvimento do sentido físico relacionado com os verbos (visão, audição e tato). A experiência pode ser direta, envolvendo algum outro sentido correlacionado a outro verbo. Assim, levantamos a hipótese de que o significado básico, nuclear dos verbos de percepção é

o de PERCEBER e que o significado particular de cada verbo, relacionado à visão, audição e tato, pode estar neutralizado, ou só ocorrer em determinados contextos. Cabe, portanto, à Semântica, indicar quando há uma interpretação, quando há outra, visto que só a diferença entre as formas dos complementos não são capazes de estabelecer essa distinção.

4.5 - Hipóteses possíveis para a explicação dos fatos observados

Para explicarmos adequadamente as conclusões a que chegamos, podemos sugerir três hipóteses, conforme o modelo de descrição que assumirmos:

1^a. Se assumirmos que a interpretação semântica se baseia somente na estrutura subjacente das orações, depois da aplicação das regras de base ou equivalentes, podemos admitir que deve haver uma estrutura para os complementos com que difira, pelo menos em algum ponto, dos complementos com infinitivo, para que a interpretação correta seja dada às orações. Esta hipótese seria compatível com a teoria standard como também com a semântica gerativa e com a interpretativa.

2^a. Se assumirmos que não só a estrutura subjacente,

mas também a estrutura superficial é pertinente para a interpretação semântica, poderíamos supor que há uma estrutura idêntica para os complementos com *que* e com infinitivo, sendo as formas superficiais derivadas por meio de transformações diferentes, aplicando-se a elas regras de interpretação de superfície. Esta hipótese só poderia ser aceita no quadro da semântica interpretativa⁵.

3^a. Se assumirmos que determinadas pressuposições pragmáticas governam certas regras que eliminam marcas de independência proposicional, como o Apagamento de Tempo, poderíamos supor que há uma estrutura subjacente idêntica para ambos os complementos e que determinadas transformações que geram as orações com infinitivo só poderiam ser aplicadas, se houvesse uma pressuposição associada de que houve experiência direta entre o referente da FN objeto e o referente da FN sujeito. Essa hipótese seria compatível com a semântica gerativa.

As vantagens e desvantagens dessas hipóteses serão tratadas no próximo capítulo, quando verificarmos as possíveis estruturas subjacentes de orações com esses complementos, e suas transformações, tendo, então, mais dados para julgarmos a adequação dessas teorias.

NOTAS

1. O termo *factivo* e *não-factivo* é usado aqui na acepção

dada pelos Kiparsky (1970), segundo a qual, os predicados factivos são aqueles com os quais o falante pressupõe que a oração encaixada expressa uma proposição verdadeira, enquanto que, com os predicados não-factivos, não há essa pressuposição.

2. O termo *semifactivo* é empregado por Hooper (1975) para distinguir uma classe de verbos como SABER, NOTAR e DESCOBRIR que, mesmo sendo factivos, apresentam características sintáticas e semânticas diferentes das dos *verdadeiros factivos*, como LAMENTAR, ABORRECER e ESQUECER. Algumas dessas características aparecerão no decorrer deste capítulo.
3. Alguns falantes nos informaram que não aceitam a interpretação em que não se pressupõe a verdade de complemento. Segundo eles, só a interrogação com *se* seria possível nesse caso. Acreditamos que isso se deve ao fato de que a interrogação com *se* não é ambígua, enquanto, com *que*, ela o é. Assim, há preferência pela forma não ambígua.
4. Estamos, neste ponto, apenas apresentando a opinião da autora sobre esses fatos, sabendo que outras explicações podem ser dadas a eles. Pode-se, por exemplo, considerar que essas diferenças de significado estão relacionadas às estruturas subjacentes, e não ao problema da redução de orações.
5. Uma regra desse tipo poderia ter mais ou menos a seguinte forma: Toda configuração $O [FN_{i-1} FV [V_0 [FN_i \text{ Inf.}$, sendo o verbo marcado PERCEPÇÃO, é interpretada como exprimindo *percepção direta* do referente de FN_i em relação ao referente de FN_{i-1} .
O caráter mais ou menos direto da conexão entre FN_{i-1} e FN_i poderia ser função da distância (contada em termos de número de nódulos na árvore) que separa FN_{i-1} e FN_i .

CAPÍTULO V

5 - ESTRUTURAS SUBJACENTES E TRANSFORMAÇÕES

5.1 - Introdução

Neste capítulo, examinaremos as diferentes hipóteses que podem ser feitas a respeito das estruturas subjacentes das orações complexas que apresentam verbos de percepção passiva, assim como das transformações que podem levar às diferentes estruturas superficiais.

5.2 - Hipóteses sobre as estruturas subjacentes

5.2.1 - Hipótese de Perini

Segundo Perini (1974), os complementos com *que* e com infinitivo dos verbos de percepção passiva provêm de duas estruturas distintas.

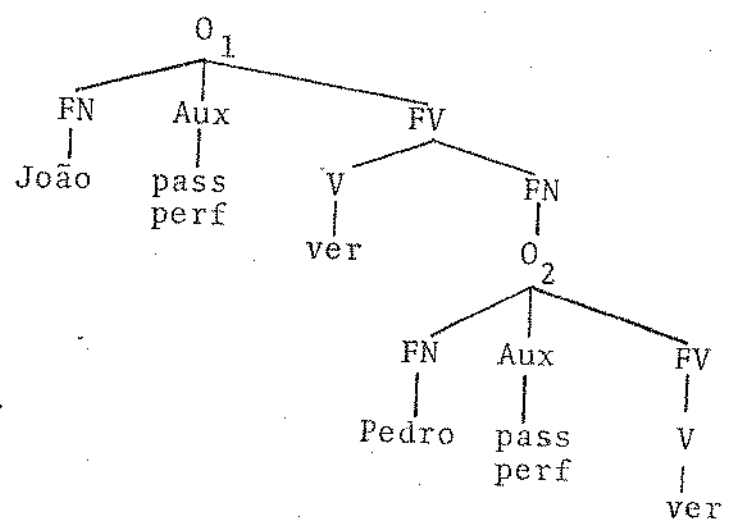
Assim, as orações:

(124) João viu que Pedro saía.

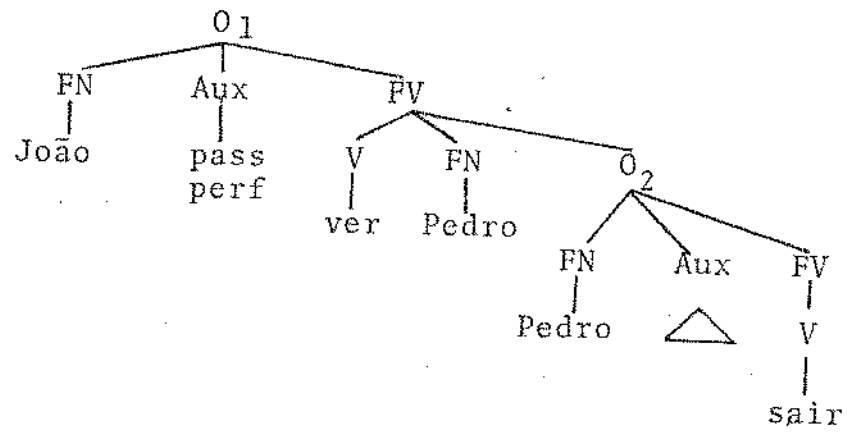
(125) João viu Pedro sair.

teriam, respectivamente, as estruturas subjacentes representadas em (126) e (127).

(126)



(127)



O que nos interessa discutir aqui é a viabilidade de uma estrutura como (127) para os complementos desses verbos.

Segundo Perini, chegaríamos a (125), por meio de aplicação de Supressão de Sujeito Idêntico (EQUI), que suprime a FN co-referencial de O_2 .

Em primeiro lugar, já demonstramos que, do ponto de vista sintático, não há razão para fazermos uma distinção entre orações dominadas por FN e orações não-dominadas por FN, pelo menos para os complementos com *que* e com infinitivo dos verbos que estamos examinando, visto que ambos têm o mesmo comportamento sintático, quando submetidos a determinados testes.

Em segundo lugar, uma análise que postule uma FN extra para o complemento com infinitivo, não nos parece logicamente adequada, visto que, tanto com infinitivo, como com *que*, temos um predicado binário que associa um indivíduo com poder de percepção ao fenômeno percebido.

Além disso, observamos que o comportamento das orações com verbos de percepção passiva difere bastante do de orações que contêm verbos que podem ser subcategorizados como V-FN-O.

Assim, enquanto EQUI, no caso dos verbos de percepção, é obrigatória, o mesmo não ocorre com os verbos V-FN-O:

(128)(a) Viu-o fazer isso.

(b) *Viu-o₁ que ele₁ fez isso.

(129)(a) Impediu-o de sair sem Maria.

(b) Impediu-lhe₁ que ele₁ saísse sem Maria.

(130)(a) Persuadiu-o a fazer isso.

(b) Persuadiu-lhe₁ que ele₁ fizesse isso.

Em outros tipos de orações em que EQUI normalmente se aplica, também é possível que a FN seja conservada, por um processo de ênfase, como em:

(131)(a) Nós queremos ser as primeiras.

(b) Nós queremos que *nós* sejamos as primeiras.

Também nas orações relativas, a FN pode não ser cancelada em dialetos mais informais; como em:

(132)(a) O homem com quem eu falei é seu tio.

(b) O homem que eu falei com ele é seu tio.

Já nas orações com verbos de percepção passiva, a FN nunca pode deixar de ser cancelada em qualquer dialeto. Teríamos, então, que admitir que o processo de EQUI é diferente nesse caso, o que nos parece estranho, pois não há nenhuma motivação para isso.

Outros argumentos contra a análise proposta por Perini, são sugeridos por Quicoli (1976), que mostra várias diferenças entre os verbos do tipo de VER e os verbos subcategorizados V-FN-O, tais como:

1^a. Enquanto os verbos do tipo de VER apresentam

sinonímia cognitiva entre orações encaixadas passivas e ativas, não há essa sinonímia quando o verbo é subcategorizado V-FN-0:

(133) (a) Vimos o menino chutar a bola.

(b) Vimos a bola ser chutada pelo menino.

(134) (a) João persuadiu o médico a examinar a mulher.

(b) João persuadiu a mulher a ser examinada pelo médico.

2^a. Ao contrário dos verbos do tipo de PERSUADIR, os verbos de percepção passiva admitem a presença de orações *sem sujeito* como seu complemento:

(135) Vimos relampejar nas montanhas.

(136) *Persuadimos a relampejar nas montanhas.

3^a. Os verbos de percepção passiva admitem orações *com sujeito indeterminado* como seu complemento, ao contrário dos verbos do tipo de PERSUADIR:

(137) Maria ouviu baterem na porta.

(138) *Maria persuadiu a baterem na porta.

4^a. Os infinitivos sob verbos de percepção podem concordar com a FN precedente em pessoa e número, ao contrário dos verbos subcategorizados como V-FN-0:

(139) Maria viu as meninas pentearem-se.

(140) *Maria persuadiu as meninas a se pentearem.

Finalmente, em comunicação pessoal, Quícoli nos chamou a atenção para o fato de que há possibilidade de inversão entre a FN e o infinitivo, o que não ocorre com os verbos subcategorizados V-FN-O:

(141)(a) João viu o soldado entrar:

(b) João viu entrar o soldado.

(142)(a) João persuadiu o soldado a entrar.

(b) *João persuadiu a entrar o soldado.

Ora, sabemos que em português é possível a inversão da sequência FN sujeito - Verbo, mas não da sequência FN objeto-verbo, conforme nos mostra (142 b).

Perini explica essas inversões pelo fato de haver aí uma sequência estruturalmente ambígua. Assim, no caso de (141a), a FN *o soldado* seria interpretada ou como sujeito do infinitivo, ou como objeto de VER. Sendo feita a primeira interpretação, seria possível chegar-se a (141 b). Entretanto, ele afirma que, no caso da FN ser plural, não havendo concordância entre a FN e o infinitivo, isso indicaria que a FN foi interpretada como objeto, o que impediria a inversão. Assim, de:

(143) João viu os soldados entrar.

seria impossível derivar:

(143') João viu entrar os soldados.

que Perini considera, então, como agramatical.

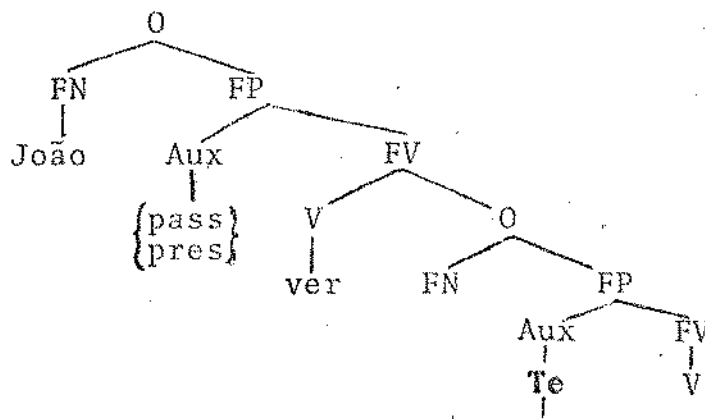
Na verdade, consideramos, ao lado de 10 falantes consultados, que (143') é perfeitamente gramatical, o que vem comprovar que a FN está na posição de sujeito. A gramaticalidade de orações do tipo de (143') é confirmada pelas observações dos gramáticos da língua portuguesa, que acentuam que se emprega normalmente o infinitivo invariável nessas construções, quando o complemento do verbo regente é constituído por substantivo proposto ao infinitivo.

Acreditamos, assim, que temos dados mais do que suficientes para rejeitar a proposta de Perini.

5.2.2 - Complemento com infinitivo e subjuntivo com tempo zero

Como segunda hipótese, poderíamos sugerir que as orações com complementos com infinitivo têm a seguinte configuração:

(144)



Essa hipótese implica na adoção de uma regra para o Auxiliar, tal que o seu primeiro elemento seja reescrito:

$$\text{Te} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \emptyset \\ \text{pass} \\ \text{pres} \end{array} \right\}$$

Admitindo-se que uma estrutura semelhante à de (144) derive as orações:

(145)(a) Mandei que Maria saísse.

(b) Mandei Maria sair.

diríamos que (145a) teria de ser derivada, aplicando-se três transformações (há outras, como concordância, etc., que não são relevantes no momento): Inserção do *que*, Inserção de Tempo e Formação do Subjuntivo. Assim, a regra de Inserção do *que* deveria ser formulada de tal maneira que permitisse que o mesmo fosse inserido em qualquer oração encaixada cuja FN estivesse presente¹, para que justificássemos orações como:

(146)(a) Quero sair.

(b) Quero que você venha.

Com a Inserção do *que*, surgiria automaticamente o subjuntivo, e o tempo inserido na oração encaixada seria determinado pelo tempo da oração matriz.

Entretanto, em (145 b), verificamos que a FN está presente, mas que o *que* não foi inserido. Poderíamos, então, afirmar que a regra de Inserção do *que* é obrigatória nos com-

plementos de alguns verbos como QUERER, quando as FNs sujeitos são co-referenciais, mas que a Infinitivização é obrigatória, quando elas não são co-referenciais. Por outro lado, para verbos do tipo de MANDAR, as duas regras seriam opcionais, aplicando-se ora uma, ora outra.

Mesmo fazendo essa alteração na regra de Inserção do *que*, teríamos problemas para impedir a geração de:

(147) *João viu que Paulo saísse.

Teríamos, então, de colocar, no léxico, um traço de regra negativo nos verbos do tipo de VER para bloquear a Inserção do Complementizador. Teríamos, ainda, de acrescentar um traço de regra para tornar a Infinitivização obrigatória.

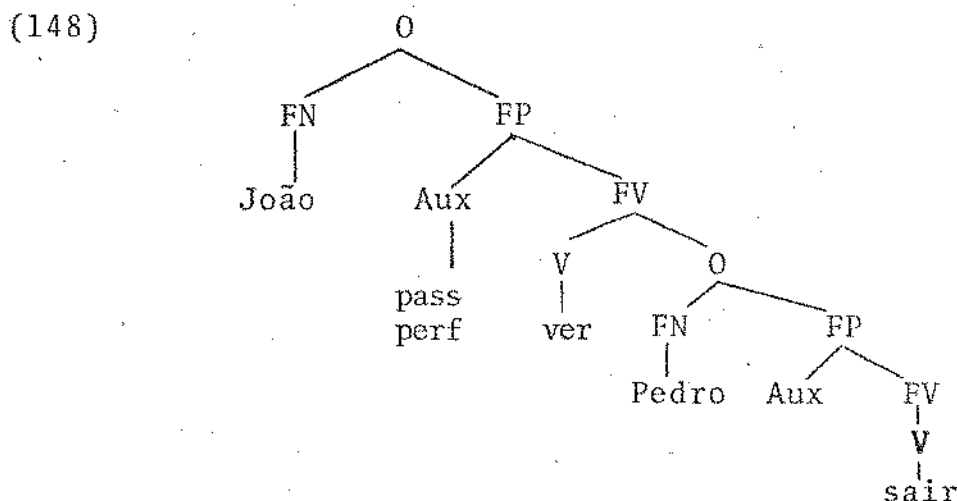
Parece-nos, portanto, que essa alternativa deve também ser rejeitada, posto que as regras ficam sem generalização alguma.

5.2.3 - Complemento com infinitivo = oração sem tempo

Outra possibilidade de análise dos complementos com infinitivo seria a de se tratar o elemento Tempo do Auxiliar como opcional. Assim, poderíamos considerar que há pelo menos duas fontes para os infinitivos: ou surgem por meio de alguma transformação que, por exemplo, cancela sujeitos co-referenciais, ou são derivados automaticamente de orações sem

Tempo no Auxiliar. Admitiríamos, assim, que os complementos com subjuntivo e com infinitivo, em que este não é predizível, ao nível sintático, como é o caso dos complementos de MANDAR, viriam de duas fontes distintas: os primeiros, de orações com Tempo e os segundos, de orações sem Tempo. A estrutura de (125), que repetimos para conveniência do leitor, seria, então:

(125) João viu Pedro sair.



Teríamos, então, para gerar (125), uma regra, segundo a qual, /-r/ é introduzido no Auxiliar, quando Te não está presente.

Entretanto uma alternativa melhor nos foi sugerida por Brandon, em comunicação pessoal. Em vez de introduzir /-r/ no Auxiliar, poderíamos já considerar que /-r/ se encontra na estrutura subjacente como expansão do verbo, sendo a sua forma não-marcada. Não havendo Tempo no Auxiliar, /-r/ se superficializa automaticamente. Se houver Tempo, /-r/ é substituído pelo sufixo apropriado.

Aceitando essa hipótese, simplificamos o componen-

te transformacional, obtendo a redução de uma regra de Infnitivização.

Por outro lado, a regra de Inserção do Complementizador deveria ser reformulada para que ele fosse inserido apenas em orações que contivessem Tempo. Assim, evitaríamos a formação de orações agramaticais, como:

(149) *Vi que Maria sair.

Um argumento contra a hipótese de que haja tempo nas orações subjuntivas, seria a afirmação de que com verbos do tipo de MANDAR ou QUERER é necessário que haja uma correspondência entre o tempo da oração matriz e o tempo da oração encaixada:

(150)(a) Quero que você saia.

(b) Quis que você saísse.

(c) *Quero que você saísse.

Esses fatos, entretanto, não são suficientes para se postular ausência de tempo no subjuntivo, uma vez que verbos do tipo de LAMENTAR aceitam qualquer tempo na oração encaixada⁵:

(151)(a) Lamento que ele faça isso.

(b) Lamento que ele fizesse isso.

(c) Lamento que ele tenha feito isso.

(d) Lamento que ele vá fazer isso.

Além disso, restrições de tempo podem ocorrer também com verbos cujo complemento aparece no indicativo, como

é o caso de RESOLVER, DECIDIR e PLANEJAR, que exigem que haja tempo futuro na oração encaixada.

(152)(a) Resolvi que você fará isso.

(b) Resolvi que você faria isso.

(c)*Resolvi que você fez isso.

Assim, essas restrições temporais parecem ser independentes de subjuntivo ou indicativo, mas parecem derivar de certas características semânticas dos verbos da oração matriz.

Entretanto, admitindo-se uma análise em que subjuntivo contém Tempo, como se justificaria o fato de que em:

(153) Você mandou que Paulo fizesse isso (amanhã).

pode-se inserir um advérbio de referência futura, se o tempo do subjuntivo é passado?

Ora, exemplos como esse, não constituem evidência de que não haja tempo no subjuntivo, pois orações como:

(154) Você lamenta que Paulo fizesse isso.

são podem receber um advérbio de tempo de acordo com o tempo da oração encaixada:

(154)(a)*Você lamenta que Paulo fizesse isso amanhã.

(b)*Você lamenta que Paulo fizesse isso naquela época.

Na verdade, de acordo com proposta feita por Bran-

5.2.4 - Uma s \bar{o} fonte para os complementos com *que* e com infinitivo

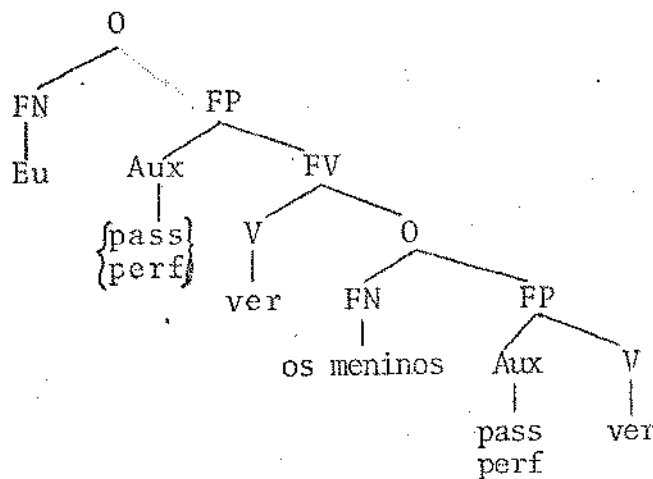
Visto que j \bar{a} demonstramos, no cap \acute{i} tulo anterior, que as ora \c{c} oes cujos complementos aparecem com *que* ou infinitivo podem ter o mesmo significado b \acute{a} sico, parece-nos que podemos postular uma mesma estrutura subjacente que seja capaz de gerar os dois tipos de complementos.

Admitiremos, portanto, que a estrutura subjacente das ora \c{c} oes (157a-b) seja a que est \acute{a} representada em (158)

(157) (a) Vi os meninos sa \acute{i} rem.

(b) Vi que os meninos sa \acute{i} ram.

(158)



Para justificarmos a estrutura (158) para as duas ora \c{c} oes, teremos de considerar, pelo menos, duas regras: a Inser \c{c} ao do Complementizador e o Apagamento de Tempo.

Para gerarmos (157 b), aplicar \acute{i} amos a regra de

Inserção do Complementizador, que deve ter a seguinte configuração:

(159) $0 \left[\begin{array}{c} X \\ \text{Te} \end{array} \right.$

1 2 3 \Rightarrow

1 + que, 2, 3,

Condição: $0 \left[\right.$ é dominada por outro nóduo não-0

Portanto, para impedirmos a geração de:

(160) *Vi que os meninos saírem.

teremos de admitir que uma regra de Apagamento de Tempo se aplique antes da regra de Inserção do Complementizador, porque esta depende da presença de Tempo no Auxiliar.

A regra de Apagamento de Tempo que estamos postulando, parece ser necessária na gramática do português, visto que ocorre com os complementos de grande número de verbos, como os verbos de julgamento, de conhecimento e de afirmação, como verificamos em:

(161)(a) Eles julgam que somos inteligentes.

(b) Eles julgam sermos inteligentes.

(162)(a) Eles sabem que os meninos fizeram isso.

(b) Eles sabem terem os meninos feito isso.

(163)(a) Eles afirmam que existem problemas.

(b) Eles afirmam existirem problemas.

Essa regra, que é opcional, poderia ter, simplifi-
cadamente, a seguinte configuração:

(164) $O [X \text{ Te}$
 1 2 3 \Rightarrow
 1, 2, 3 + -r

Condição: O [é dominada por outro nóculo não - O .

Se, entretanto, temos passado perfeito no Auxiliar, como em (162 a) , essa regra não é suficiente. Antes de apagar o Tempo, temos de introduzir TER-do no Auxiliar, para podermos chegar a orações como (162 b) .

Essa regra de Apagamento pode gerar estruturas ambíguas, visto que, no infinitivo, não há nenhuma marca morfológica que indique o tempo expresso na estrutura subjacente. Assim, orações como (165) são ambíguas, e só o contexto pode desambiguá-las:

(165) Eles afirmaram existirem muitos problemas.
 pode corresponder a:

(165)(a) Eles afirmaram que existiam muitos problemas.

(165)(b) Eles afirmaram que existem muitos problemas.

A colocação de uma frase adverbial em (165) torna possível desambiguar o sentido. Assim, podemos ter:

(165)(c) Eles afirmaram existirem muitos problemas hoje.

(165)(d) Eles afirmaram existirem muitos problemas naquela época.

Entretanto, os complementos dos verbos de percepção parecem diferir em relação aos demais na aplicação dessas transformações. Assim, podemos ter:

(166) Vi os meninos saírem antes de você chegar.

que é equivalente a (166')

(166') Vi que os meninos saíram antes de você chegar.

O que parece ocorrer aí é que, quando os verbos da matriz são verbos de percepção, não se pode introduzir TERDO, se há pressuposição de que a percepção é direta.

Outro problema para essa análise aparece com os verbos do tipo de OLHAR, que normalmente não apresentam complementos com *que*. Entretanto, conforme registramos no capítulo I, existem falantes que aceitam OLHAR com esse tipo de complemento, o que viria corroborar a hipótese de que temos Tempo na estrutura subjacente. Para esses falantes, não seria obrigatório o Apagamento de Tempo com OLHAR, enquanto que, para a maioria, sê-lo ia.

Desse modo, a regra não é uniforme para todos os verbos, devendo mencionar grupos de verbos para ser aplicada de uma maneira ou de outra. Consideramos, assim, que essa hipótese complica muito, não só o componente transformacional, como a interpretação semântica.

5.2.5 - Conclusão

Concluimos, assim, que, realmente, das hipóteses que foram aqui testadas, a mais adequada é a que deriva os complementos com *que* e com infinitivo de uma mesma estrutura básica, diferenciando-se apenas no aspecto temporal. Assim, os complementos com *que*, dos verbos de percepção passiva, seriam derivados de uma oração com Tempo no Auxiliar, enquanto os complementos com infinitivo seriam derivados de orações atemporais.

5.3 - A regra de Alçamento da FN sujeito da oração encaixada

Observando-se orações como:

(167) Viram-no comer o bolo.

verificamos que o pronome *se* encontra na forma própria de objeto do verbo VER.

Já foi visto, contudo, que, em algum nível da derivação, a FN pronominal *se* encontra na oração encaixada, como sujeito do verbo SAIR.

Outros testes podem ainda ser feitos para a com-

provação dessa hipótese.

Em primeiro lugar, aplicando-se a Passiva à estrutura de uma oração como:

(168) Viram ₀ [ele comer o bolo.]

que é sinônima de (167), obtemos:

(169) Viram o bolo ser comido por ele.

A presença da FP *por ele* em (169) e a sinonímia cognitiva que existe entre (167) e (169) evidenciam que, em algum nível da derivação, o pronome é realmente o sujeito da oração encaixada.

Em segundo lugar, observando-se orações como:

(170) Viram-no matar-se,

verificamos que o pronome *se* só pode se referir ao pronome *o*, mostrando que este, em algum ponto da derivação, encontra-se na oração encaixada, como FN co-referencial à FN objeto.

Por outro lado, em:

(171) Maria via-se entristecer cada vez mais.

nota-se que o *se* só pode estar se referindo à FN *Maria*, supondo-se, portanto, que, em algum nível da derivação, existam duas FNs co-referenciais na oração matriz.

Admitindo-se que a Cliticização e a Reflexivização são algumas das regras que só operam dentro dos limites oracionais, isto é, dentro de uma só oração, sem cruzar a fronteira da mesma, para explicar os fatos acima mencionados, te-

remos de postular uma regra de Alçamento, que opera nos complementos de certos verbos como VER, OUVIR e SENTIR, fazendo com que a FN sujeito do complemento passe a ocupar a posição de objeto na oração matriz.

Contra uma regra desse tipo, existem vários argumentos.

O primeiro deles se baseia na comparação entre orações como (167), que repetimos, e (172):

(167) Viram-no comer o bolo.

(172)? Viram os meninos comer o bolo.

em que se consideraria que só (167) é gramatical, em dialetos em que há flexionamento do infinitivo.

Assim, a regra de Alçamento seria limitada, pois só se aplicaria a FNs pronominais e não a FNs plenas.

Entretanto, depois de testar vários falantes de dialetos formais, ou altamente formais, em que o flexionamento do infinitivo é obrigatório, em orações como:

(173) Pedro pediu para nós sairmos.

chegamos à conclusão de que há falantes que só usam (172), e não:

(172') Viram os meninos comerem o bolo.

Esses mesmos falantes só usam o pronome cliticizado, como em (167), e não sem Cliticização como em:

(174)*Viram ele comer o bolo.

Consideramos, assim, que, pelo menos para esse dialeto, é possível postular-se uma regra de Alçamento obrigatória, que é aplicada antes da concordância, pois, do contrário, teríamos orações como:

(175) *Viram-nos comeremos o bolo.

Um segundo argumento contra a existência dessa regra, ou uma outra explicação para esses fatos, baseia-se numa possível ambigüidade estrutural existente na seqüência V-FN-Infinitivo, que poderia ser analisada como V-FN[Infinitivo, considerando-se a FN sempre como objeto da oração matriz.

Entretanto, os falantes aos quais nos referimos anteriormente, aceitam como perfeitamente gramatical a oração:

(176) Vimos entrar os soldados.

o que não seria possível, se a FN fosse interpretada como objeto, pois não podemos inverter a seqüência FN objeto-Verbo em português.

Além disso, se essa ambigüidade fosse normal, nesse dialeto, deveríamos poder ter aí, tanto a oração (177) como (177'):

(177) Paulo garante ela estar pronta dentro de cinco minutos.

(177') *Paulo garante-a estar pronta dentro de cinco minutos.

o que não ocorre.

que ocorrem em (167) e em (171), respectivamente, podem ser explicadas pelos princípios de Chomsky, não sabemos como se explicaria a impossibilidade de Cliticização em (177), visto que aí também o tempo não se encontra presente. Para explicar a agramaticalidade de (177'), seria necessária alguma restrição ou condição especial.

Dentro da linha de pensamento de Chomsky, poder-se-ia ainda negar que há Alçamento, visto que não podemos ter orações como:

(181)? Paulo foi visto sair.

Esse mesmo argumento, entretanto, pode ser usado contra a afirmação de que as transformações não são condicionadas aos limites oracionais, pois do contrário, (181) seria possível.

Poder-se-ia ainda dizer que, se temos Alçamento, isso implica que teríamos de marcar todas as regras que obedecem aos limites oracionais, para distingui-las das que não obedecem a eles. Entretanto, parece-nos que, de qualquer modo, teremos de marcar, pelo menos para o português, regras que operam dentro dos limites oracionais, como seria o caso da Passiva.

Além disso, se as orações são unidades naturais, não nos parece anti-lógico postular que há regras que operam dentro de seus limites e talvez, com isso, seja possível dispensar algumas das condições sobre as transformações.

Optamos, assim, em fazer a análise das orações

de um ponto de vista mais tradicional, com a hipótese de Alçamento, pois não encontramos, ainda, maiores vantagens em outras análises, ficando, contudo, sob suspeição e sujeita a revisão posterior, se novos dados acrescentados nos levarem a uma conclusão diferente.

Entretanto, optando por uma análise com Alçamento, também encontramos dificuldades para explicar orações como (181); que é aceita por alguns falantes, mas não por outros.

Supomos que para os dialetos que não a aceitam, exista algum tipo de restrição que impeça sua ocorrência³.

Outros fatos, por outro lado, ficam facilmente explicáveis com a hipótese de Alçamento. Assim, no dialeto em que ocorrem:

(182)(a) Vi os meninos correr.

(b) Vi os meninos correrem.

(183)(a) Vi-os correr.

(b) Vi eles correrem.

mas não:

(184) *Pedi para nós sair.

(185) * Viu nós.

podemos dizer que o Alçamento, tanto da FN pronominal como da FN plena é opcional. Assim, se há concordância, como em (182 b) e (183 b), isso indica que não houve Alçamento, enquanto o contrário é verdadeiro em (182 a) e (183 a).

Já em outros dialetos, em que temos apenas: (182 b) e (183 b), a regra de Alçamento não é operante.

Inúmeros outros fatos que conseguimos recolher relacionados aos problemas de Alçamento, não foram abordados aqui pelos limites impostos ao nosso trabalho, mas deverão ser estudados em trabalhos posteriores, para que se confirme ou não a existência de uma regra de Alçamento em certos dialetos do português.

5.4 - Uma regra de Inversão típica

Observando-se orações como:

(186)(a) Pedro viu saírem os meninos.

(b) Pedro viu sair os meninos.

que consideramos como gramaticais, verificamos que temos de explicar porque a concordância sujeito-verbo ocorre normalmente em (186 a), mas não em (186 b).

Comparando-se (186 a) a :

(187)(a) Chegou o trem.

(b) Chegaram os trens.

verificamos que o que ocorre aí é simplesmente uma inversão estilística, que é comum em português, na qual o sujeito é posposto ao verbo, depois de efetuada a concordância. Assim,

como tempos (187a) temos a partir de:

(187)(a') O trem chegou.

obtemos (186 a) a partir de:

(186)(a') Pedro viu os meninos saírem.

Entretanto, para se gerar (186 b), aplica-se, antes da concordância, uma regra de Inversão típica dos verbos causativos e de percepção passiva, já observada em francês por Kayne (1969), que tem a seguinte descrição:

$$(188) \quad X - \left[\begin{array}{l} \text{fazer} \\ \text{ver} \\ \text{etc.} \end{array} \right] - \text{FN} - \text{V} - \text{Y}$$

1 2 3 4 5 →

1, 2, 4, 3, 5

Outro problema que parece estar relacionado a esse tipo de inversão é citado por Almeida Torres (1963, p. 292). Se o infinitivo for transitivo direto, com o respectivo objeto expresso, em acusativo ao dativo ficará, facultativamente, o pronome oblíquo ou o substantivo que lhe servir de sujeito. Se o sujeito do infinitivo for um substantivo, este ficará de rigor, em acusativo, se vier antes do infinitivo⁴. As orações abaixo exemplificam o que acabamos de citar:

(189) Ver-lhe fazer algum milagre = Ver ele fazer algum milagre.

(190) Quantas vezes ouvi dizer a minha mãe que Deus perdoe: Filha ...

Poderíamos supor que, nessas construções, houve Alçamento da FN sujeito do complemento e que este Alçamento provoca opcionalmente o aparecimento da partícula *a*. Entretanto, isso poderia gerar:

(191) *Vi-lhe sair.

Outra hipótese é a de que poderia haver uma inversão que levasse a FN sujeito para depois do verbo, o que ocorre normalmente em português:

(192)(a) O menino comeu o bolo.

(b) Comeu o menino o bolo.

Essa mesma inversão poderia provocar o aparecimento da partícula *a*. Entretanto, se tivéssemos essa regra para todas as construções do português, poderíamos obter:

(192)(b') *Comeu ao menino o bolo.

Voltando à regra mencionada em (188), consideremos que ela se aplica, levando o infinitivo para a direita do verbo da matriz, antes da concordância se aplicar, e suponhamos que o verbo no infinitivo seja um verbo transitivo. Teríamos, então:

(193) X - $\left\{ \begin{array}{l} \text{fazer} \\ \text{ver} \\ \text{etc} \end{array} \right\}$ - FN - V - FN - Y
 1 2 3 4 5 6 →
 1, 2, 4, 3, 5, 6,

exemplificada em:

(193') Ouvi - minha mãe - dizer - isso →

(193'') ?Ouvi - dizer - minha mãe - isso

Obtemos, assim, a seqüência:

(194) X fazer - V - FN - FN - Y
 ver
 etc

Observando ainda orações como:

(195)(a) Os americanos venceram os japoneses.

(b) Venceram os americanos aos japoneses.

verificamos que, quando temos uma seqüência V-FN-FN, a segunda FN é normalmente marcada para o caso dativo. Assim, haveria uma regra subsequente a (193), tal que:

(196) X - $\left\{ \begin{array}{l} \text{fazer} \\ \text{ver} \\ \text{etc} \end{array} \right\}$ - V - FN - FN - Y
 1 2 3 4 5 6 →
 1, 2, 3, 4, a + 5, 6

Entretanto, essa regra daria orações como:

(197) *Ouvi dizer minha mãe a isso.

Consideramos, portanto, que a regra deve ser reformulada, levando, não o verbo para a esquerda da FN sujeito, mas toda a FV. Assim, teríamos:

(198) X - $\left\{ \begin{array}{l} \text{fazer} \\ \text{ver} \\ \text{etc} \end{array} \right\}$ - FN - FV[V FN - Y
 1 2 3 4 5 6 7 →
 1, 2, 4, 5, 6, 3, 7

que exemplificamos em:

(193') Ouvi - minha mãe - dizer - isso →

(198')?Ouvi - dizer - minha mãe - isso

Tendo agora a seqüência V - FN - FN, aplica-se a marca de

dativo à segunda FN. Assim, teríamos:

$$(199) \quad X - \left. \begin{array}{l} \text{fazer} \\ \text{ver} \\ \text{etc} \end{array} \right\} - V - FN - FN - Y$$

$$1 \quad 2 \quad 3 \quad 4 \quad 5 \quad 6 \quad \rightarrow$$

$$1, 2, 3, 4, a+5, 6$$

passando (198') a

(199') Ouvi dizer isso a minha mãe.

Com isso, obtemos as frases gramaticais e evitamos as agramaticais. No caso de verbos intransitivos, não temos nem o substantivo nem o pronome com a marca de dativo, uma vez que não surge a sequência V - FN - FN.

Várias outras construções que são típicas dos verbos de percepção passiva ainda estão por examinar, mas, tendo em vista que seria impossível abordarmos todos os problemas numa dissertação de mestrado, deixamos para analisá-las em trabalhos posteriores, que complementem o que já foi por nós analisado. Resta-nos, no momento, apresentar as conclusões finais do nosso trabalho, o que faremos a seguir.

NOTAS

1. Conforme sugestão de Perini (1974, p.6).
2. Deixamos de analisar, no corpo do trabalho, a hipótese da ocorrência dos complementizadores na estrutura subjacente, conforme hipótese de Bresnan (1970), visto que consideramos que apresenta vantagens semelhantes à hipótese sugerida em 5.2.3, com o acréscimo de regras de base. Para a escolha de uma ou outra, deveríamos analisar os argumentos já levantados para justificar a pre-

sença dos complementizadores na estrutura subjacente, e procurar novos argumentos que pudessem comprovar a hipótese. Resolvemos, entretanto, deixar o assunto para um próximo trabalho, optando por uma hipótese dentro dos moldes mais tradicionais.

3. Uma restrição possível seria a de que uma FN que tenha sido sujeito na estrutura subjacente não possa mais passar a sujeito em outro nível de derivação. Essa hipótese pode ser testada em outro trabalho.
4. Tivemos conhecimento de que análises abordando esse problema já foram feitas por Kayne e Quicoli, mas não pudemos examiná-las a tempo. Informações sobre esses trabalhos foram fornecidas por Quicoli, em comunicação pessoal, e, em Ruwet (1972), obtivemos dados sobre as análises de Kayne.
5. Esse fato nos foi apontado, em comunicação pessoal, por Severino Benjamin de Lima, que o verificou durante pesquisas realizadas para sua dissertação de mestrado, que será apresentada em breve, sob orientação do Prof. Frank R. Brandon.

CAPÍTULO VI

6 - CONCLUSÃO

Finalizando nosso trabalho, apresentamos, a seguir, as principais conclusões a que chegamos, depois de nossas investigações:

1^a Os complementos com *que* e com infinitivo, dos verbos de percepção passiva, têm a mesma descrição estrutural, diferenciando-se apenas no aspecto temporal, considerando-se que, na estrutura subjacente dos complementos com *que*, há Tempo no Auxiliar, e que, na dos complementos com infinitivo, não há, sendo o /-r/ gerado por regras de base, como expansão do Verbo.

2^a Em decorrência disso, a regra de base proposta para o Auxiliar em *Aspects*, poderia ser reformulada para o português, pelo menos em relação ao seu primeiro elemento à direita, tal que:

(200) Aux + (Te)

3^a Os verbos seriam subcategorizados para receberem, como complementos, ou orações com + Te, como seria o caso de EXIGIR, ou para orações com - Te, como seria o caso de OLHAR, ou então, não seriam marcados, podendo receber qualquer tipo de oração, como é o caso dos verbos de percepção passiva.

4^a O duplo significado que é normalmente atribuído aos verbos de percepção passiva *perceber sensorialmente* & *perceber intelectualmente* não justifica que os tratemos como pares de verbos homófonos, pois, essa duplicidade não pode ser explicada ao nível sintático, apenas pelo tipo de complemento que o verbo toma, devendo, então, ser descrito pela Semântica.

5^a A principal diferença de significado encontrada entre as orações com *que* e com infinitivo - o envolvimento maior ou menor de raciocínio, respectivamente - pode ser explicado por regras de interpretação semântica.

6^a Visto que, para a interpretação semântica, o que é pertinente, no caso de orações em que entram verbos de percepção passiva, é, pelo menos, o tipo de complemento, o

tipo de verbo e o tipo de FN da estrutura encaixada, mostramos que, o que é relevante, é a informação dada pelas Regras de Estrutura Frasal e de Inserção Lexical, que constituiriam a estrutura profunda tradicional.

Assim, podemos, tentativamente, sugerir regras para a interpretação de orações em que entram verbos como VER, tais que:

a) se o complemento é uma oração temporal, se sua FN é-abstrata, se o verbo indica + ação, e se o tempo é igual ao da oração matriz, a interpretação pode ser de +/- raciocínio envolvido, e o verbo da matriz pode ter significado +/- visual:

(201) Vi que Paulo chegou.

b) se o complemento é uma oração temporal, se a FN +/- abstrata, e se o tempo é diferente do da oração principal, a interpretação é de que há + raciocínio envolvido e o significado do verbo é - visual.

(202)(a) Vi que a felicidade chegará.

(b) Vi que Paulo chegará.

c) se o complemento é uma oração atemporal, se a FN é-abstrata, e se o verbo indica + ação, a interpretação é de que há - raciocínio envolvido e o significado do verbo é + visual:

(203) Vi Paulo chegar.

d) se o complemento é uma oração atemporal, se a FN é concreta e se o verbo indica - ação, a interpretação é de que há - raciocínio envolvido, mas o significado do verbo é - visual:

(204) Vi Maria esquecer-se de Paulo, assim que ele a deixou.

e) se o complemento é uma oração atemporal, se a FN é + abstrata, a interpretação é de que há - raciocínio envolvido, mas o significado +/- visual do verbo vai depender de outros fatores difíceis de se precisar:

(205) Vi o desespero tomar conta de Paulo, porque, do meu quarto, eu o ouvi chorar o tempo todo.

(206) Vi a alegria estampar-se no rosto de Paulo, assim que cheguei.

Conforme se verifica, a complexidade dessas regras impede-nos de esgotá-las neste trabalho, considerando-se que elas devem ser mais estudadas, para que seja possível uma simplificação e uma generalização maior.

Contudo, acreditamos que os resultados de nossa pesquisa, aqui expostos, contribuem para os estudos da língua portuguesa e da lingüística em geral, mostrando que existem regras de interpretação que pelo menos, usam a estrutura profunda, o que se coaduna com a teoria standard e com a semântica interpretativa.

BIBLIOGRAFIA

- ALI, Said M. 1963(a). *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 5^a ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- ALI, Said M. 1963(b). *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 5^a ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- AKMAJIAN, Adrian. 1975. The Deep Structure of Perception Verbs Complements and the Inadequacy of Paraphrase Arguments in Syntax. *Linguistic Society American Winter Meeting*.
- AKMAJIAN, Adrian. *Papers of the Linguistic Society American Winter Meeting*. Departamento de Linguística, Tucson, Universidade de Arizona.
- BARBARA, Leila. 1975. *Síntaxe Transformacional do Modo Verbal*. São Paulo: Editora Ática.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. 1875. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. 6^a ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Lisboa.
- BECHARA, Evanildo. 1972(a). *Lições de Português pela Análise Sintática*. 9^a ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A..
- BECHARA, Evanildo. 1972(b). *Moderna Gramática Portuguesa*. 19^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BORKIN, Ann. 1973. To be or not to be. *Papers of the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, vol. 11: 44-55.

- BRANDON, Frank R. 1974. *The Structure of the Verb in Swahili*.
Dissertação de doutoramento. The University of Texas, Austin.
- BRESNAN, Joan W. 1970. On Complementizers: Towards a Syntactic
Theory of Complement Types. *Foundations of Language*, vol.
6. 3: 297-321.
- CAPLAN, David. 1973. A Note on the Abstract Readings of Verbs
of Perception. *Cognition*, vol. 2. 3: 269-277.
- CATTELL, R. 1973. Negative transportation and tag questions.
Language, vol. 49: 612-639.
- CHOMSKY, Noam. 1970. Remarks on Nominalization, em Jacobs e
Rosebaum eds. *Readings in English Transformational Gram-
mar*. Waltham, Mass.: Ginn and Company.
- CHOMSKY, Noam. 1971. Deep Structure, Surface Structure and
Semantic Interpretation, em Steinberg e Jakobovits eds.
1974. *Semantics*. Cambridge, Mass.: University Press.
- CHOMSKY, Noam. 1971. *Aspectos de la Teoría de la Sintaxis*. 1^a
ed. espanhola. Madrid: Aguilar S.A..
- CHOMSKY, Noam. 1974. *Estructuras Sintácticas*. 1^a edição em
espanhol (aumentada). Madrid: Siglo Veintiuno eds.
- CHOMSKY, Noam. 1971. *Conditions on Transformations* (xeros) The
Indiana University Linguistics Club.
- CUNHA, Celso. 1972. *Gramática do Português Contemporâneo*. 3^a
ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares S.A..

- DIAS, Epifânio da Silva. 1959. *Sintaxe Histórica Portuguesa*. 4^a ed. Lisboa: Clássica Editora.
- DIERTERICH, Thomas G. 1973. Causative Have. *Papers of the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, vol. 11: 165-176.
- EDWARDS, Derek. 1973. Sensory-motor Intelligence and Semantics Relations in Early Child Grammar. *Cognition*, vol. 2. 4: 395-434.
- ELIA, Hamilton. 1960. *Prática de Análise Sintática*. 2^a ed. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor.
- EMONDS, Joseph. 1970. *Root and Structure-Preserving Transformations*. Cambridge, Mass. Massachusetts Institute of Technology.
- EMONDS, Joseph. 1972. A Reformulation of Certain Syntactic Transformations, em S. Peters ed. *Goals of Linguistic Theory*. N.Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- ERNOU, Alfred e THOMAS, François. 1953. *Syntaxe Latine*. 2^a ed. Paris: Librairie C. Klincksiek.
- FILLMORE, C.S. On the Position of Embedding Transformations in a Grammar. *Word*, vol. 19: 208-231.
- GRIVET, A. 1881. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos.
- HADLICH, Roger L. 1971. *A Transformational Grammar of Spanish*. Englewood Cliffs. N.Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- HOOPER, Joan. 1975. On Assertive Predicates, em Kimball ed., *Syntax and Semantics IV*: 91-124.

- JUCA FILHO, Cândido. 1971. *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- KARTTUNEN, L. 1971. Some observations on factivity. *Papers in Linguistics*, vol. 4 : 55-69.
- KAYNE, R.S. 1969. *The Transformational Cycle on French Syntax*. Tese de doutoramento. Cambridge, Mip. Mass.:Massachusetts Inst.of Technol.
- KIPARSKY, Paul e KIPARSKY,Carol. 1970.The Fact, em D. S.Steinberg e L.A. Jakobovits eds. 1974. *Semantics*. Cambridge, Mass.: The Cambridge University Press.
- KURY, Adriano da Gama. 1970. *Lições de Análise Sintática*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- LAKOFF, George. 1969. On Generative Semantics, em D.S.Steinberg e L.A. Jakobovits eds. 1974. *Semantics*. Cambridge, Mass.: The Cambridge University Press.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. 1973. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 16^a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. 1956. *Teoria da Análise Sintática*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Ltda.
- LYONS, John. 1970. *Linguistique Générale*. Paris: Librairie Larousse.
- MACAMBIRA, José Rebouças. 1974. *A Estrutura Morfo-sintática do Português*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

- MARTIN, John M. 1974. Tense and Mood in Portuguese, em J. S. Radefeld ed. *Readings in Portuguese Linguistics*. The Hague: North Holland Publishing Co.
- MAURER JR., Theodoro H. 1968. *O Infinito Flexionado Português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MELO, Gladstone Chaves de. 1971. *Novo Manual de Análise Sintática*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- OITICICA, José. 1940. *Manual de Análise*. 5^a ed. Rio de Janeiro.
- PERINI, Mário A. 1974. *A Grammar of Portuguese Infinitives*. Tese de doutoramento. The University of Texas, Austin.
- PIZZINI, Quentin Addley. 1972. *A Transformational Analysis of Infinitival and Gerundive Complements in English*, Universidade da Califórnia, San Diego.
- PONTES, Eunice. 1973. *Verbos Auxiliares em Português*. 1^a ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- POSTAL, Paul. 1974. *On Raising: One Rule of English Grammar and Its Theoretical Implications*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- QUÍCOLI, Antônio Carlos. 1976. Conditions on Clitic-Movement in Portuguese. *Linguistic Analysis*, vol. 2.3: 199-223.
- RIDDLE, Elizabeth. 1975. Some Pragmatic Conditions on Complementizer Choice. *Papers of the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, vol. 11: 467-474.

- RODRIGUES, Maria Helena. 1975. *Uma Análise Gerativo-Transformacional de Estruturas Encaixadas de Português*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- ROGERS, Andy. 1971. Three Kinds of Physical Perception Verbs. *Papers of the Seventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, vol. 7 : 206-222.
- ROSEMBAUM, Peter S. 1967. *The Grammar of English Predicate Complement Constructions*. Cambridge, Mass.: The MIT Press
- ROSENBERG, Marc S. 1975. Factives that aren't so. *Papers of the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, vol. 11: 475-486.
- RUWET, Nicolas. 1972. *Théorie Syntaxique et Syntaxe du Français*. Paris: Éditions du Seuil.
- SMITH, Carlota S. 1964. Determiners and Relative Clauses in a Generative Grammar of English, em David A. Reibel e Sanford A. Shane eds. 1969. *Modern Studies in English: Readings in Transformational Grammar*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- STOCKWELL, R.P., SCHACHTER, P. e PARTEE, B.H. 1973. *The Major Syntactic Structures of English*, Nova York: Holt, Rinehart and Winsten, Inc.
- TORRES, Artur de Almeida. 1965. *Regência Verbal*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- VROMAN, William V. 1975. Portuguese Latent Passives. *Papers of the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, vol. 11: 638-648.